

PARLAMENTO PAULISTA

Revista da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
O Poder do Cidadão

Balanco de 2006

Consolidação das leis paulistas

Assistência jurídica gratuita

Melhorias salariais

Portal da Assembléia

Plenário modernizado

Qualidade na gestão

Formação de jovens para o trabalho

Audiências públicas



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
O Poder do Cidadão

Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo



Deputado Rodrigo Garcia

[PFL]

Presidente



Deputado Fausto Figueira

[PT]

Primeiro-secretário



Deputado Geraldo Vinholi

[PDT]

Segundo-secretário



Deputado Jorge Caruso

[PMDB]

Primeiro-vice-presidente



Deputado Valdomiro Lopes

[PSB]

Segundo-vice-presidente



Deputado Ricardo Castilho

[PV]

Terceiro-secretário



Deputado Adilson Barroso

[PSC]

Quarto-secretário

sumário



Foto da capa: Ricardo Mansho

Balanco da Mesa Diretora

- 4 Um ano de conquistas
- 6 Os passos fazem os caminhos
- 7 Um novo momento

Agora é lei

- 8 Consolidação das leis
- 10 Assistência jurídica gratuita
- 12 Adicional operacional

Atividades de gestão

- 15 Ampliando a participação do cidadão
- 17 Plenário modernizado
- 19 Qualidade na gestão
- 21 Segunda turma

Audiências públicas

- 24 Orçamento popular

Intercâmbio cultural

- 26 Homenagem romana

Poder Executivo

- 27 Governo interino

Eleições 2006

- 31 O novo Parlamento
- 34 Os 49 deputados reeleitos
- 44 Os 45 deputados novos

Bancadas

- 52 Os próximos quatro anos
- 53 PSB – Juventude e educação
- 54 PCdoB – Orçamento e Regimento
- 56 PDT – A vez do interior
- 58 PFL – Horizonte promissor
- 60 PL – Águas agitadas
- 62 PMDB – Batalhas econômicas e sociais
- 64 PP – Trabalho e confiança
- 66 PPS – Caminhos da democracia
- 68 PSDB – Espaço de consenso
- 70 Governo – Um futuro promissor
- 72 PV – Questões ambientais
- 74 PT – Projeto nacional
- 76 PRB – Participação da sociedade
- 78 PSC – Estrutura partidária
- 80 PTB – Nova realidade

Deputados

- 81 Estes são os deputados estaduais de São Paulo

Um ano de conquistas

Esta edição da revista *Parlamento Paulista*, a quinta de uma série iniciada no final de 2005, mostra algumas das principais conquistas que marcaram as atividades da Assembléia Legislativa em 2006.



Presidente Rodrigo Garcia

Em busca de uma harmonização da Constituição de São Paulo com as alterações ocorridas na Constituição Federal, foi promulgada em 14 de fevereiro deste ano a Emenda Constitucional 21, que consolidou as emendas anteriores feitas à Carta Magna paulista. Essa medida fez parte de um trabalho maior que vem se desenvolvendo até hoje, visando à consolidação de todas as leis do Estado.

No dia 28 de novembro, durante a sessão extraordinária que reinaugurou o plenário Juscelino Kubitschek, foram aprovados seis projetos de lei e um projeto de lei complementar que propunham a revogação de dispositivos legais estaduais superados, referentes ao período de 1947 a 1972. Com essa decisão do Plenário da Casa, atingia-se a marca de cerca de 14 mil normas revogadas desde que foram iniciados os trabalhos de consolidação, em abril de 2005. Prevê-se para breve a revogação de

cerca de 1.400 normas referentes ao período de 1973 a 2002.

Um ano atrás, em 14 de dezembro de 2005, a Assembléia aprovou um dos projetos de maior impacto para os cidadãos que procuram a Justiça mas não têm recursos para arcar com a muitas vezes longa e cara tramitação de um processo judicial: a criação da Defensoria Pública. Em 1º de junho deste ano, a defensora pública geral, Cristina Guelfi Gonçalves, esteve nesta Presidência para agradecer o empenho do Parlamento paulista na instalação do órgão.

À preocupação da Assembléia em buscar não só a segurança jurídica decorrente de uma legislação mais organizada, mas também a democratização da Justiça, aliou-se sua disposição de criar condições de trabalho mais dignas para os servidores que cuidam da segurança da população. Como resultado dessa postura e da sensibilidade do Parlamento paulista

em relação às reivindicações tanto da sociedade, em geral, quanto dos funcionários públicos, em particular, foram aprovados os chamados adicionais operacionais.

Integrantes das carreiras das polícias Civil e Militar foram beneficiados com o Adicional Operacional de Localidade (AOL), aprovado pela Assembléia em 16 de maio deste ano, depois de muito debate, como seria de esperar de todas as deliberações de uma Casa de Leis da importância do Legislativo paulista. O outro adicional aprovado foi o Penitenciário (AOP), no dia 30 de maio.

Em 2006, assim como já havia sido feito em 2005, a Assembléia Legislativa realizou audiências públicas para discutir com a população sugestões para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Orçamento estadual. Foram promovidas reuniões em 24 municípios das 43 regiões de governo do Estado. Várias das sugestões foram apresentadas pelos deputados na forma de emendas aos projetos de lei enviados pelo governador. Trata-se de uma nova visão e de um novo modelo de deliberação sobre as propostas orçamentárias do Poder Executivo.

Outro foco de preocupação da Assembléia em 2006 foi o desenvolvimento de atividades administrativas que fortalecessem a interação entre representantes, os deputados, e seus representados, a sociedade. Entre essas atividades, destaca-se a implantação do portal da Assembléia, uma resposta à

demanda dos cidadãos por acesso ao processo legislativo e à democracia representativa.

O ano de 2006 foi também marcado pela coroação de duas outras importantes atividades administrativas da Casa. Em 28 de junho, a Assembléia recebeu o certificado ISO 9001:2000, da International Organization for Standardization, entregue pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, como resultado dos procedimentos adotados para dar suporte a sua atividade-fim, o processo legislativo. Nos dias 13 de julho e 13 de dezembro, coube à Assembléia entregar certificados. Os agraciados foram os alunos da primeira e da segunda turmas do Projeto Lanchonete-Escola, um trabalho de formação de mão-de-obra que a Casa vem desenvolvendo em parceria com a Prefeitura de São Paulo, o Instituto Mensageiros e a Associação Franquia Solidária (Afras) para jovens entre 17 e 21 anos de idade sujeitos a grande vulnerabilidade social.

Em 2006, o acervo do Museu de Arte do Parlamento de São Paulo cresceu ainda mais. Hoje, são quase mil obras distribuídas pelos corredores e outros espaços da Casa. Em abril, a Assembléia recebeu a visita de Livia Bucci, representante no Brasil e na América Latina da Bienal de Arte Internacional de Roma. Ela veio, em nome da bienal, prestar uma homenagem justamente ao museu do Legislativo.

O ano de 2006 foi de eleições. Na próxima legislatura, que começa em

15 de março de 2007, das 94 cadeiras existentes, 49 serão ocupadas por deputados reeleitos e 45 por deputados novos. Esta edição da revista *Parlamento Paulista* traz uma breve apresentação de cada um dos deputados eleitos. Traz também uma matéria sobre a modernização do plenário Juscelino Kubitschek, onde os novos deputados foram diplomados.

Por fim, um fato que me marcou muito. Na condição de presidente da Assembléia, assumi interinamente o cargo de governador do Estado nos dias 8 e 9 de outubro, em razão de viagem do governador Cláudio Lembo ao Uruguai. Como já disse no dia da posse, 5 de outubro, tive na Assembléia a oportunidade de aprender o processo político. Todos os meus colegas foram autênticos professores para mim. Aquele foi um dia memorável. Como governador, visitei obras, recebi autoridades e procurei respeitar a autonomia e a independência do Poder Legislativo.

Que 2007 seja um ano cheio de novas conquistas. ■

Deputado Rodrigo Garcia
Presidente da Assembléia Legislativa
do Estado de São Paulo

Os passos fazem os caminhos

Uma das principais iniciativas da Assembléia Legislativa em 2006 foram as 24 audiências públicas nas diferentes regiões do Estado com vistas à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei do Orçamento para 2007. Ao buscarmos subsídios diretamente da população, nos aproximamos do Orçamento Participativo – um dos mais democráticos instrumentos de aplicação dos recursos públicos.



Deputado Fausto Figueira

As audiências públicas foram possíveis graças à eleição de uma Mesa Diretora autônoma em relação ao Palácio dos Bandeirantes – sede do governo estadual. Ao eleger a nova Mesa em março de 2005, o recado dos deputados foi claro: queremos a autonomia do Legislativo em relação ao Executivo.

Outro importante êxito de nosso Legislativo foi a consolidação da legislação estadual. Já revogamos 14 mil leis – muitas da época do

Império – e a meta é chegar a 20 mil. Ao diminuir o cipoal jurídico, a Assembléia faz com que o cidadão ou a cidadã possa conhecer um pouco melhor o arcabouço legal de São Paulo.

As parcerias com a sociedade civil organizada foram também marcantes. Foram assinados mais de 50 termos de cooperação com as mais diferentes entidades – da Fiesp a sindicatos de trabalhadores –, permitindo que participem e intervenham no processo legislativo em matérias de seu interesse.

Em 2006, a Assembléia Legislativa deu continuidade à divulgação do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – instrumento que a Casa oferece aos gestores públicos para o planejamento de políticas de desenvolvimento em cada um dos municípios do Estado.

A Assembléia também não se descuidou do aspecto social. Em 2006, propiciou a formação da segunda turma do Projeto Lanchonete-Escola, que oferece a jovens entre 17 e 21 anos em situação de vulnera-

bilidade social formação profissional. Dezenas saíram do estágio diretamente para o emprego.

Muitas outras coisas positivas ainda aconteceram neste ano que finda, como a reforma do plenário Juscelino Kubitschek – local das sessões legislativas – ou a construção de um anexo a custo zero para melhorar as condições de atendimento à população por parte dos deputados. Ou ainda a nova programação da TV da Casa no ano de seu 10º aniversário.

Muito foi feito e muito ainda falta fazer. Mas são os passos que fazem os caminhos. E nos encontramos a caminhar, com a certeza de que foram criadas as condições para que 2007 seja ainda melhor do que 2006. ■

Deputado Fausto Figueira
Primeiro-secretário da Assembléia
Legislativa do Estado de São Paulo

Um novo momento

Os deputados estaduais de São Paulo que tomarão posse em 15 de março encontrarão um novo ambiente na Assembléia Legislativa. Suas equipes terão novas instalações, com gabinetes mais amplos e mais bem equipados e com o plenário Juscelino Kubitschek de Oliveira modernizado.



Deputado Geraldo Vinholi

Instrumentos de informática permitirão aos deputados obter as informações necessárias ao desenvolvimento de suas diversas atividades. Tudo isso em meio a um Parlamento mais autêntico, graças aos procedimentos adotados nesta administração, que tem colocado em discussão os mais diversos assuntos – seja de interesse do governo, das associações de classe ou da sociedade civil organizada –, fazendo com que a Assembléia se torne a ressonância da sociedade, com uma maior valorização do

mandato dos deputados.

A Assembléia realizou audiências públicas em todas as regiões do Estado, possibilitando aos deputados tomar conhecimento de importantes demandas, as quais foram contempladas na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – e no Orçamento do Estado, por meio de emendas destinadas a atender às reivindicações da sociedade.

A Mesa Diretora inovou em suas ações, assinando convênios de colaboração com inúmeras associações, sindicatos e universidades, o que tem permitido maior participação desses segmentos na vida legislativa e melhor adequação dos projetos a serem votados.

Apesar das disputas políticas, que fazem parte do processo, todos devem ter em mente a necessidade do atendimento às demandas do Executivo, para que este possa implantar seu programa de governo e avançar, sem que, no entanto, se abra mão de uma agenda que atenda a todos os interesses da sociedade. Os projetos dos deputados

nada mais são do que reflexo desses interesses.

Por outro lado, o Estado de São Paulo vive um momento de expectativa com relação ao novo governo. O governador eleito José Serra tem se mostrado um homem desenvolvimentista, rápido em suas decisões, com um modelo próprio e diferente do que estamos acostumados a ver, que atua em consonância com o desenvolvimento mundial. Por tudo isso, com certeza ele irá provocar uma nova demanda no Legislativo paulista, que exigirá de nós toda a agilidade.

Para tanto, o Parlamento deverá fazer a sua parte, atuando com uma agenda equilibrada. E, mais do que nunca, esta estrutura legislativa moderna ora disponível se faz necessária e imprescindível, para corresponder ao sucesso do mandato e contribuir com a eficiência para o desenvolvimento do nosso Estado. ■

**Deputado Geraldo Vinholi
Segundo-secretário da Assembléia
Legislativa do Estado de São Paulo**

Consolidação das leis

Em fevereiro deste ano, a Assembléia aprovou emenda que adequou a Carta paulista à Constituição Federal, parte de um projeto mais amplo de consolidação de toda a legislação estadual.



Cláudio Lembo, Rodrigo Garcia, Geraldo Alckmin e Celso Luiz Limongi, na cerimônia de promulgação da Emenda Constitucional 21

Para adequar a Constituição de São Paulo às alterações constitucionais ocorridas no âmbito da União, a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa promulgou, em 14 de fevereiro de 2006, a Emenda Constitucional 21, que atualizou a Carta paulista, deixando-a em conformidade com a federal.

A propositura aprovada pela Assembléia (Proposta de Emenda à Constituição 14, de 2005) consoli-

dou as emendas feitas à Constituição do Estado de São Paulo, adequando-a às modificações realizadas na Constituição Federal desde que ela foi promulgada, em 1988. Na solenidade de promulgação, a Mesa Diretora, composta pelo presidente Rodrigo Garcia e pelo 1º e 2º secretários, deputados Fausto Figueira e Geraldo Vinholi, respectivamente, recepcionou diversas autoridades. Estiveram presentes o então governador do Estado, Geraldo Alckmin, e seu vice à época, Cláudio Lembo, o presidente do Tribunal de Justiça, Celso Luiz Limongi, o procurador geral de Justiça, Rodrigo César Rebello Pinho, e o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Robson Marinho, além de outras autoridades e representantes da sociedade civil. Na ocasião, Rodrigo Garcia destacou que o trabalho de atualização da Constituição estadual fazia parte de um projeto ainda mais amplo, que visava a consolidação de todas as leis do Estado, cuja ordenação estava a cargo do deputado Cândido Vacarezza, presi-

dente da Comissão de Constituição e Justiça, e que contava com o apoio dos poderes Executivo e Judiciário. Rodrigo Garcia lembrou ainda que o Estado tinha “mais de 25 mil leis”, e que era necessário “um esforço no sentido de revogar formalmente uma grande quantidade de leis que já tiveram sua revogação tácita”.

Citando a tradição constitucionalista de São Paulo, Aleckmin, que foi membro da Assembléia Nacional Constituinte, explicou que pelo “princípio da simetria – correspondência dos princípios normativos da União e dos entes federados” – a Emenda 21/2006 manteve a Constituição paulista “adequada à Carta de todos os brasileiros”.

O que é a consolidação

Em 2005 o Estado de São Paulo tinha cerca de 25 mil normas legais, desde o tempo do Império, sobre todos os assuntos que dizem respeito à organização da sociedade paulista. Evidentemente, diante desse volume, é fácil perceber que ninguém, nem mesmo juízes e advogados, conhecia essa legislação em sua totalidade, que não está apresentada de forma organizada. É aí que entrou o papel da consolidação.

Mais do que uma simples revisão, na qual novas leis são incorporadas à consolidação existente e podem ser revogados dispositivos, pois a intenção não é organizar a legislação, mas atualizá-la, a consolidação não se restringe a reunir as leis por assunto. Na consolidação, a reunião das leis gera um

novo texto legal, com uma nova lógica de organização, fusão de dispositivos análogos, supressão daqueles revogados ou declarados inconstitucionais e, até mesmo, atualização da linguagem.

À frente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por onde passam necessariamente todos os projetos de lei, Cândido Vaccarezza, presidente do órgão no biênio 2005-2007, assumiu, em 13 de abril de 2005, a tarefa de iniciar o processo de consolidação. Em 15 de março de 2007, segundo Vaccarezza, a Assembléia paulista terá realizado um trabalho legislativo que servirá de exemplo para todo o país. A redação, alteração e consolidação das leis estaduais são regulamentadas pela Lei Complementar 863/1999 e suas modificações posteriores.

O que já foi consolidado

Aprovados pelo plenário da Assembléia Legislativa no dia 13 de dezembro de 2005, sete projetos de lei que propunham a revogação de cerca de 3.300 leis promulgadas entre 1891, início do período republicano, e 1937, quando os legislativos estaduais foram fechados, durante o Estado Novo, deram a partida no processo de consolidação da legislação paulista. Eles foram sancionados pelo governador no dia 30 de janeiro de 2006, resultando nas Leis 12.241 a 12.247, de 2006.

No dia 3 de maio de 2006, foi enviado para apreciação do governador o Projeto de Lei 77/2006, aprovado pela Assembléia e que

propunha a revogação de cerca de 3 mil decretos-leis editados de 1938 a 1947, período marcado pela Estado Novo. Esse projeto foi sancionado pelo governador e se transformou na Lei 12.392, publicada em 24 de maio de 2006. Em 24 de outubro de 2006, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembléia aprovou, em uma única reunião, 289 projetos de lei de autores diversos. Durante a reunião, foi apreciado o parecer do relator especial Baleia Rossi aos projetos de lei 455/2006, 456/2006, 454/2006, 453/2006, 224/2006 e 328/2006 e ao Projeto de Lei Complementar 56/2006, proposituras que tinham o objetivo de dar continuidade ao processo de consolidação das leis do Estado.

O parecer, aprovado pelos membros da CCJ, foi favorável às proposituras, as quais propunham revogar cerca de 7 mil leis e decretos-leis promulgados entre 1947 e 1972. Essas proposituras foram aprovadas no dia 28 de novembro de 2006, durante a sessão extraordinária que reinstituiu o plenário Juscelino Kubitschek.

Acham-se em tramitação na Casa dois projetos de lei que propõem a revogação de cerca de 1.400 normas legais do período de 1973 a 2002. ■

Assistência jurídica gratuita

Projeto aprovado pela Assembléia Legislativa criou a Defensoria Pública, órgão destinado a prestar serviços jurídicos gratuitos e integrais à população que não dispõe de recursos.



Cristina Guelfi Gonçalves, defensora geral, e Renato de Vito, primeiro subdefensor, em audiência pública na Assembléia em julho de 2006

Após anos de debates, a Assembléia Legislativa aprovou, em 14 de dezembro de 2005, um dos projetos de maior impacto para os cidadãos que procuram a Justiça mas não têm recursos para arcar com a às vezes longa e cara tramitação de processos: a criação da Defensoria Pública.

Segundo o projeto aprovado, a Defensoria Pública do Estado é uma instituição permanente cuja finalidade é prestar tutela jurídica

integral e gratuita, individual e coletiva, judicial e extrajudicial, aos necessitados. O órgão, com autonomia administrativa e financeira, assumiu as atividades antes exercidas pela Procuradoria de Assistência Judiciária, vinculada à Procuradoria Geral do Estado e atuante desde 1947.

A polêmica sobre a medida, no entanto, ainda não está encerrada. O Projeto de Lei Complementar 18/2005 transformou-se na Lei Complementar 988/2006 com veto parcial do governador. Por isso, o projeto encontra-se na Ordem do Dia, para que os deputados aceitem ou rejeitem o veto, que incidiu sobre o aproveitamento, na Defensoria, dos advogados da Fundação de Amparo ao Preso (Funap) e dos profissionais que atuam na área trabalhista na Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho estadual. A questão é complexa, pois envolve, entre outros aspectos, a transformação de cargos regidos pela CLT em estatutários. O governador alegou haver inconstitucionalidade nessa transformação.

Defensora pública geral

Nomeada em 11 de maio de 2006 pelo governador, depois de eleita por seus colegas para compor lista tríplice, Cristina Guelfi Gonçalves tomou posse como defensora pública geral em 15 de maio, tendo o cargo sido transmitido por Mariângela Sarrubo, que até a data exercera a função interinamente.

Em 1º de junho de 2006, a defensora pública geral reuniu-se com o presidente da Assembléia paulista, deputado Rodrigo Garcia, para agradecer o empenho do Parlamento na efetiva instalação do órgão, além de colocar à disposição o serviço dos defensores para a realização de trabalhos conjuntos com a Assembléia. Como exemplo de parceria, ela citou o projeto do Centro de Atendimento ao Cidadão, que vem sendo desenvolvido pelo Legislativo. “Podemos disponibilizar um defensor público para atuar nessa unidade”, ela explicou. Atuando na Procuradoria de Assistência Judiciária desde 1994, Cristina, junto com 86 procuradores, migrou para a Defensoria Pública, dentro do prazo de até 10 de março de 2006, previsto em lei.

No encontro com o presidente da Assembléia Legislativa, ela falou ainda sobre a fase de estruturação por que passa o órgão, que recebeu como sede um prédio de oito andares na rua Boa Vista, no Centro. Segundo ela, estão sendo organizados os sete núcleos especializados previstos na lei orgânica da instituição, com atuação nas seguintes áreas: Cidadania e Direitos Humanos; Defesa do Consumidor e do

Meio Ambiente; Infância e Juventude; Interesses Difusos e Coletivos; Habitação e Urbanismo; Situação Car-cerária; e Segunda Instância e Tribunais Superiores.

Segundo Cristina, a Defensoria tem 87 postos na capital e em 21 municípios. As demais cidades continuarão sendo atendidas pelo convênio entre a Procuradoria de Assistência Judiciária e a Ordem dos Advogados do Brasil. Os 313 cargos restantes – no total serão 400 defensores – serão preenchidos por concurso público.

Em julho de 2006, uma audiência pública na Assembléia Legislativa debateu a estruturação do órgão e seu orçamento. Na ocasião, o sub-defensor Renato de Vito avaliou que a Defensoria Pública paulista teria que administrar seus recursos de forma franciscana. Os R\$ 256 milhões previstos no Orçamento estadual para 2007 eram, segundo ele, insuficientes para pagar os custos do convênio com a OAB.

“O que esperar do futuro da Defensoria? Participação da sociedade civil, uma ouvidoria independente, assistência integral e interdisciplinar aos carentes, funcionamento descentralizado e seleção e formação diferenciada do defensor”, disse, na ocasião, Cristina Guelfi Gonçalves.

Histórico

O projeto de criação da Defensoria foi enviado à Assembléia Legislativa em julho de 2005, pelo Poder Executivo, e aprovado em dezembro do mesmo ano. Mas o movimento pela criação do órgão iniciou-se com a realização de um

seminário promovido pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, em 1999. Em 2001, diversas audiências públicas, realizadas pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, em conjunto com o Sindicato dos Procuradores do Estado (Sindproesp), foram esquentando as discussões sobre o tema.

Ao longo dos anos, o tema continuou em debate, entre parlamentares e instituições do setor e da sociedade civil. Em 31 de agosto de 2005, a Assembléia Legislativa realizou, sob coordenação do presidente Rodrigo Garcia, audiência pública para discutir o PLC 18/2005. Já se destacava, então, a oposição entre os que defendiam que só tinham direito de migrar para a Defensoria os defensores públicos investidos na função até a data de instalação da Assembléia Nacional Constituinte e os que estendiam essa prerrogativa a todos os que exercessem a função de defensor público, desde que admitidos mediante concurso – o que incluiria orientadores trabalhistas e advogados da Funap.

A questão voltou a ser debatida entre o presidente Rodrigo Garcia e a defensora pública geral, Cristina Guelfi Gonçalves, no encontro realizado em junho de 2006. “Não se trata de derrubar ou não o veto. Temos de consultar a sociedade para, em um processo de discussão, buscar uma solução mediada para o conflito”, avaliou Garcia. ■

Adicional operacional

Acréscimo pecuniário é atribuído a todos os policiais e agentes penitenciários da ativa e varia de acordo com o local em que eles exercem suas atividades.



Policiais acompanharam com interesse a aprovação de projeto que instituiu adicional de localidade, em maio de 2006

Integrantes das carreiras das polícias Civil e Militar do Estado foram beneficiados com a Lei Complementar 994, publicada em 19 de maio de 2006, e passaram a rece-

ber o chamado Adicional Operacional de Localidade (AOL). Pela nova norma, que teve origem no Projeto de Lei Complementar 17/2006, de autoria do governador,

aprovado na Assembléia Legislativa na sessão ordinária de 16 de maio de 2006, todo policial da ativa passou a receber uma verba adicional conforme a classificação das unidades em que os policiais exercem suas atividades.

Os valores aprovados variam entre R\$ 100 e R\$ 580. Os critérios adotados para a variação do adicional foram a complexidade das atividades exercidas e a dificuldade de fixação do profissional. Aos alunos oficiais, fixou-se o valor de R\$ 400,00.

Esse AOL será computado no cálculo das férias e do 13º salário, mas não se incorpora aos vencimentos, de forma que sobre ele não incidem vantagens de qualquer natureza nem descontos relativos a assistência médica e contribuição previdenciária.

Aliás, em razão dessa não-incorporação e por não beneficiar aposentados e pensionistas de carreiras policiais nem outras categorias correlatas, como a dos agentes de segurança penitenciária, o projeto sofreu algumas críticas da oposição ao governo do Estado.

A Frente Parlamentar de Defesa dos Policiais Paulistas e entidades representativas do setor entenderam que os valores pagos deveriam ser mais próximos uns dos outros. “Acredito que o adicional estabelecido para quem trabalha em uma grande cidade não deve ser tão diferente daquele fixado para os policiais que atuam em pequenos municípios”, afirmou o deputado Rafael Silva, coordenador da frente. Ele apresentou uma emenda ao

plenário que pretendia manter apenas dois valores para o AOL – R\$ 580 para os policiais dos municípios com mais de 500 mil habitantes e R\$ 350 para aqueles que atuam em cidades com população inferior –, mas não obteve sucesso.

O então deputado Coronel Ubiratan entendia que o projeto poderia provocar divisão nas polícias Civil, Militar e Técnico-Científica. “Vai causar problemas na corporação, porque haverá soldados ganhando mais que sargentos e salários diferentes na mesma função”, alertou na ocasião. Ubiratan propôs uma emenda que estabelecia adicional com valor único de R\$ 290 em todas as localidades.

Luis Carlos Gondim apresentou projeto de lei propondo a incorporação do benefício. Para esse parlamentar, os inativos também deveriam receber esse adicional

As entidades representativas das classes envolvidas também se manifestaram durante o trâmite do projeto. O Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo, através de sua presidente, Maria Márcia da Silva Kesserling, questionou o pagamento diferenciado para profissionais que têm a mesma formação e propôs um valor único. Além disso, em sua avaliação, vão aumentar os pedidos de transferência para a capital, onde o AOL é maior. “O interior, que já tem pouco pessoal e falta de estrutura, ficará em condições ainda piores”, alertou.

Para o coronel Hermes Bittencourt Cruz, presidente da Associação dos Oficiais da Reserva da Polícia Militar, o projeto era discriminatório, já

que o problema da segurança é generalizado, não só nas grandes como nas pequenas cidades. Assim como Márcia, o coronel Hermes propôs a extensão do benefício a inativos e pensionistas, além da incorporação aos vencimentos. Segundo ele, ao passar para a reserva, um policial militar perderá, com a cessação do pagamento de adicionais, cerca de R\$ 930, já incluídos os valores do AOL.

O deputado Edson Ferrarini manifestou apoio incondicional às reivindicações dos manifestantes. O presidente da Associação dos Policiais Militares Portadores de Deficiência Física, sargento Jefferson Patriota dos Santos, alertou que “os policiais saberão muito bem quem votou favorável aos nossos companheiros e, principalmente, quem deu as costas para nossas reivindicações”.

Além da não-incorporação da gratificação aos vencimentos, o que pode ocasionar a extinção do benefício caso não sejam previstas dotações nas leis de diretrizes orçamentárias e nos orçamentos futuros, outro ponto questionado foi a classificação atual das unidades policiais – que se baseia na população dos municípios, não nas condições de trabalho. Esses fatores levaram à apresentação de quatro substitutivos e 22 emendas, mas eles foram rejeitados.

Esse adicional, que fora aprovado inicialmente apenas para o ano de 2006, sendo que para os exercícios seguintes dependeria de dotação orçamentária na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento de

cada ano, foi reformado por outro, o Projeto de Lei Complementar 34/2006. Essa proposição foi aprovada ainda em maio pela Assembleia e originou a Lei Complementar 998, de 26 de maio de 2006, que deu ao AOL caráter definitivo, independentemente da inclusão da despesa nas citadas leis.

Segurança penitenciária

Outro adicional aprovado pela Assembleia Legislativa no presente exercício foi o Operacional Penitenciário (AOP), que contemplou os integrantes da carreira de Agente de Segurança Penitenciária e da classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária. Esse benefício foi proposto no Projeto de Lei Complementar 37/2006, de autoria do governador, que deu origem à Lei Complementar 999, de 1º de junho de 2006. Para os agentes de segurança, os valores do adicional são de R\$ 200, R\$ 300 ou R\$ 400, conforme a dificuldade do trabalho no estabelecimento prisional, e para os agentes de escolta e vigilância, R\$ 400.

O AOP é computado no cálculo das férias e do 13º salário e não sofre os descontos relativos à assistência médica e à contribuição previdenciária.

A classificação das unidades prisionais é fixada na Lei Complementar 693/1992, que estabelece o já existente Adicional de Local de Exercício. Independentemente desse critério, as unidades que mantiverem Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), bem como os centros de ressocialização, re-



O presidente Rodrigo Garcia e os deputados Geraldo Lopes e Baleia Rossi no dia da aprovação do AOP, 30 de maio

munerarão seus funcionários com o AOP de R\$ 400.

O deputado Hamilton Pereira discordou dos critérios e valores apresentados no projeto do Executivo. Em uma das três emendas apresentadas pelo parlamentar, ele propôs que o valor dos benefícios deveria ser concedido de acordo com a classificação da unidade prisional onde o servidor atua. A classificação segue o critério da dificuldade da função, que varia entre Local I (até 300 detentos), Local II (de 301 a 500 detentos) e Local III (mais de 500 detentos). Hamilton propôs também que, aos servidores de Local I, fosse pago R\$ 290; para o Local II, R\$ 435; e, no lugar dos R\$ 400 previstos para os servidores de Local III, R\$ 580.

O deputado disse ter se baseado na garantia de isonomia entre os servidores do sistema prisional e os policiais civis e militares, tendo em con-

ta que as duas categorias trabalham com o mesmo público, que é o cidadão em conflito com a lei. Referindo-se aos atentados ocorridos no Estado, praticados por facção criminosa, Hamilton afirmou que, “em decorrência dos últimos acontecimentos, os servidores do sistema prisional também têm corrido risco nas ruas como alvos potenciais do crime organizado”, salientou.

Entre as emendas rejeitadas na aprovação do projeto, estava a de Vanderlei Siraque, que equipararia a gratificação à dos policiais civis, militares e técnico-científicos, que pode, conforme a lotação, chegar a R\$ 580. Outra emenda, de Hamilton Pereira, propôs que o adicional fosse integrado aos vencimentos dos servidores. Ao final, com a rejeição dos dois substitutivos e das 28 emendas apresentadas ao projeto, prevaleceu o texto original, elaborado pelo Executivo. ■

Ampliando a participação do cidadão

O portal é mais que um produto ou um canal de comunicação, pois nele todos, inclusive os cidadãos, são simultaneamente autores e usuários das informações.



Reunião do Comitê do Portal, composto por representantes de várias áreas produtoras de conteúdo, dentro do conceito de produção, gestão, divulgação e busca compartilhadas

Implantado em 10 de março de 2005 e com nova interface visual a partir de 19 de setembro de 2005, o portal da Assembléia é resultado da decisão da Mesa Diretora de ampliar a participação

do cidadão nas ações da Assembléia. “É um projeto estratégico de inserção pró-ativa do Parlamento paulista na sociedade informacional em rede, utilizando todas as possibilidades ofere-

cidas pela tecnologia da informação”, explica Tania Rodrigues Mendes, coordenadora dos trabalhos do Comitê do Portal.

O portal é mais que um produto ou um canal de comunicação, pois não se estrutura no formato tradicional de mídia de massa, onde há um emissor da mensagem e vários destinatários. No portal da Assembleia, todos, inclusive os cidadãos, são simultaneamente autores e usuários das informações disponíveis, articulados em rede descentralizada e desconcentrada. “É um sistema de informações e de articulação de processos de produção, gestão, divulgação e busca de conteúdos de forma compartilhada e interativa”, ressalta Tania.

Para o desenho da interface gráfica, da arquitetura de informações e da estrutura de navegabilidade foram consideradas as seguintes necessidades de busca do usuário, que deverão ser avaliadas quanto à consistência e acessibilidade através da contratação, em 2007, após a implantação do novo *layout*, de serviços de análise de usabilidade:

- Saber o que é a Alesp.
- Saber como funciona a Alesp e o que acontece aqui.
- Encontrar informações sobre o andamento dos trabalhos, sobre os deputados e quanto aos resultados dessas ações.
- Poder interagir com os trabalhos do Parlamento e participar das discussões e deliberações.
- Buscar elementos para estudar temas relevantes em políticas públicas e para resolver problemas individuais e coletivos.

- Demandar e realizar ações e serviços ou apresentar propostas de fornecimento.

- Acompanhar processos.

- Ter acesso a manual de instruções “traduzindo” a Alesp para os cidadãos em geral.

- Conhecer as características dos mecanismos da democracia representativa e da democracia direta nos termos constitucionais.

Para viabilizar essa participação, o portal utiliza *softwares* da Vignette – líder mundial em ferramentas de gestão de conteúdo –, que permitem, entre outras, as seguintes facilidades: a) autenticação de usuários; b) personalização de conteúdos segundo perfis de usuários preestabelecidos; c) definição de controles de acesso; d) controle de prazos; e) gestão de campanhas; f) elaboração de relatórios estatísticos; g) integração com ambiente de rede; e h) páginas dinâmicas.

O portal está fortemente ancorado em todos os sistemas e bases de dados corporativos da Alesp, como é o caso do Sistema do Processo Legislativo (SPL), por meio do qual, basicamente, elaboram-se proposições legislativas e disponibilizam-se seus respectivos conteúdos e andamentos.

Mais perto do cidadão

Em julho de 2006, o portal da Alesp completou 2 milhões de acessos. Segundo Tania, uma página que teve grande aumento no número de visitas foi a de consultas à legislação. “Em junho de 2006, concluímos o trabalho de migração do sistema da base Folio

para o mecanismo do portal chamado DDI-Lei, o que facilitou muito as consultas”, explicou na época a coordenadora dos trabalhos do Comitê do Portal.

Como diferença da nova base de dados, Tania esclareceu que, a partir de uma única tela, pode-se chegar não só à íntegra de uma lei, mas checar se ela tem questionamentos judiciais – como ações diretas de inconstitucionalidade. O resultado da pesquisa também aponta como está a situação da lei quanto à sua regulamentação pelo Executivo, com a possibilidade de acessar a íntegra do decreto, além de indicar o projeto de lei que lhe deu origem, com seu texto inicial, emendas e toda a tramitação.

Em agosto de 2006, a rede interna da Assembleia Legislativa – intranet – criou um fórum de discussão sobre temas de interesse da comunidade interna. É uma experiência nova que deverá extrapolar os limites da Casa e ser veiculada na internet, pelo portal da Alesp, quando então passará a abarcar assuntos que dizem respeito à população paulista em geral.

“A idéia é que trabalhem com o espaço do fórum como um desdobramento do espaço real, quer dizer, com as mesmas regras que hoje regem qualquer discussão, seminário, assembleia ou audiência”, explicou Tania. No futuro, audiências públicas virtuais tornarão a participação da população mais freqüente, aumentando assim a presença do Legislativo na vida do cidadão – e a deste na atividade legislativa. ■

Plenário modernizado

Até ser modernizado, o plenário Juscelino Kubitschek mantinha as instalações e o mobiliário originais da época da inauguração do Palácio 9 de Julho, em 1968.



Momento de execução do hino nacional na solenidade de reinauguração

A Assembléia Legislativa realizou no dia 28 de novembro cerimônia de reabertura do plenário Juscelino Kubitschek, fechado desde o último dia 30 de junho para a primeira reforma após sua inauguração, em 25 de janeiro de 1968. Compuseram a mesa solene o go-

vernador do Estado, Cláudio Lembo, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Celso Luiz Limongi, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, o presidente da Assembléia, Rodrigo Garcia, o 1º secretário, Fausto Figueira, e o 2º secretário, Geraldo Vinholi.

A solenidade foi aberta com a apresentação da Banda da Polícia Militar e com o coral de tenores da Universidade Livre de Música, interpretando o hino nacional. Os deputados Salím Curiati (PP) e Célia Leão (PSDB) foram escolhidos para falar em nome dos demais parlamentares. Curiati é o decano da Assembléia e único deputado atuante que esteve presente à solenidade de inauguração do Palácio 9 de Julho em 1968. O deputado também discursou em 1968, quando ressaltou a importância da política na condução do país. “Esta Casa sempre foi um baluarte de respeito ao homem público”, afirmou. Curiati concluiu o discurso cumprimentando os funcionários, ali representados por Yeda Villas Boas, que há muito tempo acompanha os trabalhos do plenário.

“Neste modernizado, lindo e democrático espaço, quero dizer que, depois de 16 anos como deputada, é a primeira vez que me sinto verdadeiramente igual aos meus pares”, declarou a deputada Célia Leão (PSDB). Referia-se a parlamentar a uma luta que vem de 1991, ocasião em que ela requereu judicialmente que a tribuna pudesse ser usada por todos os cidadãos, sem barreiras aos portadores de deficiência física.

Criatividade e parceria

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, felicitou Rodrigo Garcia pela iniciativa de modernizar o plenário Juscelino Kubitschek, afirmando que tão importantes quanto o ofício de legislar são as condições



Da esquerda para a direita: Fausto Figueira, Celso Luiz Limongi, Rodrigo Garcia, Cláudio Lembo, Gilberto Kassab e Geraldo Vinholi

para que este trabalho se dê, por meio de aparelhagem e instalações adequadas. “Foi Kassab quem levantou a questão das instalações do plenário, quando, recém-empossado deputado estadual, perguntou como se saía da tribuna”, disse Garcia. O presidente da Casa ressaltou que a reforma do plenário Juscelino Kubitschek foi possível graças à criatividade e às parcerias com instituições como o Banco Nossa Caixa. “Podemos exercitar a democracia tendo um orçamento modesto, e a Assembléia teve nesta última gestão o menor gasto do Orçamento de sua história, não abrindo mão de realizar as obras necessárias à sua modernização”, declarou.

O governador do Estado, Cláudio Lembo, destacou a importância de estarem no plenário reunidos os três poderes do Estado – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário –, dialogando e ao mesmo tempo preservando a identidade de cada um. Lembo declarou que a reforma do plenário

acompanhava a mudança que o Legislativo vinha sofrendo nos últimos anos. “Por exemplo, cito o processo de elaboração do Orçamento, em que os deputados visitaram numerosas cidades do interior para aglutinar ao projeto de lei as reivindicações de toda a sociedade civil.”

A modernização

A modernização do plenário, que mantinha as instalações e o mobiliário originais da época da inauguração, foi concebida pelo arquiteto Adolpho Rubio Morales, ganhador do concurso para criação do projeto original do Palácio 9 de Julho e detentor dos direitos autorais da reforma. As obras envolveram a substituição do mobiliário e das instalações elétricas, de telefonia e da rede de informática, além dos reparos estruturais necessários. Com a modernização, o registro dos votos dos deputados no painel eletrônico passará a ser feito por identificação digital. ■

Qualidade na gestão

Certificado entregue em junho de 2006 fez da Assembléia paulista o primeiro parlamento brasileiro a receber o ISO 9001:2000 para o processo legislativo.



Certificação foi entregue pela Fundação Vanzolini

Depois de ter sido a pioneira na obtenção do certificado ISO 9002:1994, em 1997, a Assembléia Legislativa de São Paulo tornou-se a primeira no país a conquistar o ISO 9001:2000 para a sua atividade-fim, o processo legislativo.

O ISO 9001:2000, da International Organization for Standardization, consiste em um conjunto de normas aprovadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) especificando requisitos para um sistema de gestão da qua-

lidade. A Assembléia demonstrou capacidade de atender aos requisitos regulamentares aplicáveis e de fornecer produtos adequados às necessidades dos parlamentares.

A entrega do certificado à Mesa Diretora foi feita no dia 28 de junho de 2006, pela diretoria de Qualidade e Certificação da Fundação Carlos Alberto Vanzolini, representada por José Joaquim do Amaral Ferreira, professor do Departamento de Engenharia de Produção da Poli-USP. Segundo a fundação, os procedimentos adotados pela Assembléia Legislativa para dar suporte a suas funções estão de acordo com padrões internacionais de qualidade.

A certificação NBR ISO 9001:2000 atesta a conformidade da Assembléia Legislativa aos sistemas de gestão da qualidade para empresas industriais e prestadoras de serviços. Ela abrange as áreas de gestão do suporte técnico-legislativo; assuntos jurídicos; gestão orçamentária; suprimentos e recursos materiais; infra-estrutura; tecnologia e informação; gestão de pessoas; e gestão estratégica da qualidade.

Para o presidente da Assembléia paulista, deputado Rodrigo Garcia, receber a certificação ISO 9001:2000, adotada para credenciar empresas privadas nacionais e multinacionais, indica o caminho certo para um modelo de parlamento moderno e democrático. “Essa certificação nos dá a segurança de que estamos oferecendo as melhores condições, primando pelo padrão de qualidade, para melhor orientar e conduzir as ações

da Assembléia com a maior eficiência e transparência dos processos”, disse ele.

A certificação tem validade de três anos e será periodicamente avaliada, garantindo, dessa forma, a continuidade do processo. Para o professor Amaral Ferreira, “o desafio para a instituição é manter a certificação, uma vez que os auditores voltarão a fazer nova avaliação”.

“A norma de 1994 se preocupava com o controle dos documentos e a padronização das rotinas de trabalho. Já os protocolos de 2000 procuram também coletar dados e analisar resultados em uma abordagem sistêmica do gerenciamento”, afirmou Celso Matsumoto, gerente do Núcleo de Qualidade do Legislativo paulista.

A auditoria da Fundação Carlos Alberto Vanzolini fora realizada em maio, em vários setores do Parlamento paulista. Na ocasião, os auditores acompanharam os procedimentos administrativos realizados tanto pela área administrativa quanto pela área parlamentar e redigiram um relatório, que foi entregue à Mesa Diretora. Os auditores constataram, no sistema de gestão da qualidade da Assembléia, sete não-conformidades, mas essas inadequações não foram empecilho para a obtenção do certificado, já que foram apresentados projetos detalhados para sua superação.

ISO e Fundação Vanzolini

As normas da International Organization for Standardization (Organização Internacional de Padronização) surgiram com o incremento das

relações comerciais entre os países, em especial aqueles inseridos na Comunidade Européia. Elas foram criadas para permitir a avaliação dos fornecedores sob um mesmo modelo de gestão, e se tornaram ferramentas consagradas mundialmente para gerenciar, medir resultados e atingir metas com a correção e a prevenção de desvios.

No início da era industrial, o controle era concentrado nos produtos. Depois, passou também aos processos produtivos. Entretanto, apenas esses controles não garantiam os resultados das organizações.

Desenvolveu-se, então, uma visão sistêmica para as organizações, com mecanismos de gestão integrados para todas as áreas que influenciam direta ou indiretamente a realização dos produtos (recursos humanos, compras, direção, vendas etc.).

Criada em 1967 e gerida por professores da Poli-USP, a Fundação Carlos Alberto Vanzolini é, desde 1998, a única entidade brasileira integrada à International Certification Network (IQNet), rede internacional composta pelas 36 mais importantes certificadoras do mundo, o que garante validade internacional às suas certificações.

Dentro do Sistema Brasileiro de Certificação, a fundação foi o primeiro organismo de certificação credenciado pelo Inmetro a conceder certificados do Sistema de Qualidade na série NBR ISO 9000. É uma instituição privada, sem fins lucrativos. ■

Segunda turma

Parceria entre Assembléia, prefeitura e entidades não governamentais proporciona a formação de jovens para o mercado de trabalho gastronômico.



Diplomados da segunda turma do Projeto Lanchonete-Escola Alesp

Com a presença do presidente da Assembléia, deputado Rodrigo Garcia, do 1º secretário, Fausto Figueira, da deputada Ana Martins, de representantes das secretarias municipais de Assistência e Desenvol-

vimento Social e do Trabalho, do Instituto Mensageiros, da Faculdade de Tecnologia em Hotelaria, Gastronomia e Turismo de São Paulo e de representantes de setores da Casa envolvidos no Projeto



Deputado Fausto Figueira, 1º secretário da Assembléia, cumprimenta diplomado da segunda turma

Lanchonete-Escola da Alesp, 68 jovens receberam no dia 13 de dezembro deste ano, na Assembléia Legislativa, certificado de conclusão do curso de capacitação profissional em gastronomia.

Iniciado em 8 de março de 2006, o projeto formou sua segunda turma. Destinado a jovens com idade entre 17 e 21 anos, o curso prepara profissionais para as funções de atendente, auxiliar de cozinha, garçom, chapeiro e barista (especialista em preparar café expresso e bebidas derivadas).

“O projeto, além de dar formação

técnica aos adolescentes, procura garantir a eles acesso ao mercado de trabalho. Dos 68 jovens formados hoje, 50 já estão empregados, o que demonstra que o trabalho de formação vem obtendo resultados, e com isso aumenta o número de parceiros. Estamos muito satisfeitos com os frutos dessa iniciativa implementada pela atual Mesa Diretora”, afirmou Rodrigo Garcia. Para o 1º secretário, Fausto Figueira, o projeto é uma demonstração do empenho do Legislativo em contribuir para a melhoria das condições de vida da população: “Em-

prego é fundamental, e a lanchonete-escola vem conseguindo aliar boa formação com empregabilidade. Os conteúdos oferecidos vão além da capacitação técnica, buscam formar pessoas.”

Primeira turma

Em 13 de julho de 2006, foi diplomada a primeira turma do projeto. Com vistas à inserção desses jovens no mercado de trabalho, os parceiros do projeto – a Assembléia Legislativa, a Prefeitura de São Paulo, a ONG Instituto Mensageiros e a Associação Franquia Solidária

(Afras) – haviam assinado um protocolo de intenções que já resultara na contratação da maioria deles por empresas franqueadas da capital.

Segundo o presidente do Instituto Mensageiros, Eduardo Graziano, o objetivo da entidade, com sede na capital, era desenvolver projetos e ações sociais para promover os direitos da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social (com renda *per capita* de meio salário mínimo ou renda familiar de até três salários mínimos). Já Beno Krivkin, presidente da Afras, avaliou que a adesão de empresas ao projeto significava “o fechamento de um ciclo entre primeiro, segundo e terceiro setores”.

Também presente à cerimônia de diplomação, o prefeito Gilberto Kassab destacou que a parceria entre a Assembléia Legislativa e a prefeitura paulistana permitiu reproduzir no Legislativo estadual a experiência bem-sucedida da Câmara Municipal de São Paulo, onde o restaurante e a lanchonete também são escolas para a formação de jovens. O prefeito reiterou a disposição de dar seqüência ao projeto.

O secretário municipal do Trabalho, Gilmar Viana, além de parabenizar os parceiros do projeto e as famílias dos jovens formandos, destacou a sintonia do curso oferecido na área de gastronomia com a mudança de vocação da cidade de São Paulo, que hoje cresce mais nas áreas de serviços e comércio do que na área industrial.

Para o presidente do Instituto Mensageiros, Eduardo Graziano, um dos motivos para o êxito do proje-

to tinha sido o empenho da Mesa Diretora da Casa. “O empenho pessoal do presidente e dos integrantes da Mesa Diretora foi determinante para estarmos entregando hoje estes diplomas, e poderemos informar que uma nova turma de jovens já iniciou seu treinamento.” Na ocasião, Graziano agradeceu à Uniban, que respondeu pela formação teórica e pela certificação, à prefeitura, através da Secretaria do Trabalho, e à Assembléia, que ofereceu toda a infra-estrutura necessária à implantação do projeto. Rodrigo Garcia destacou a importância da iniciativa, que nasceu da idéia da Mesa Diretora de aproveitar os espaços da Assembléia para desenvolver projetos de capacitação e de ensino profissionalizante. “Uma vez discutida a idéia, procuramos a Prefeitura de São Paulo, contratamos, por meio de licitação, o Instituto Mensageiros e demos início a este projeto, que diploma sua primeira turma após uma formação de seis meses”, afirmou.

Implantação do projeto

Segundo o 1º secretário do Legislativo paulista, deputado Fausto Figueira, a idéia de implantar esse serviço social na Assembléia Legislativa foi inspirada em iniciativa semelhante na Câmara Municipal de São Paulo. “Em 3 de outubro de 2005, foi assinado termo de cooperação entre o Legislativo estadual e a Prefeitura de São Paulo para concretizar o projeto”, explicou o 1º secretário na época.

“Numa primeira fase, seriam formados semestralmente 60 jovens

com idade entre 17 e 21 anos, nas funções de atendente, auxiliar de cozinha, garçom, chapeiro e barista, sem prejuízo dos estudos na escola formal. Na segunda fase, prevista para 2007, quando entram em funcionamento o restaurante-escola e a padaria-escola, depois da conclusão do novo prédio, serão formados 135 jovens, sempre a cada semestre.”

Para viabilizar o projeto, a Assembléia fornece o espaço físico, mobília e equipamentos. A prefeitura, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, orienta a execução dos trabalhos e concede bolsa-auxílio aos jovens no valor de R\$ 200,00. As aulas práticas são prestadas pelo Instituto Mensageiros, organização não governamental que trabalha com projetos sociais. Para que o projeto fosse além da capacitação, foi assinado um protocolo de intenções entre a Assembléia e a Afras, garantindo aos alunos formados o encaminhamento aos quadros funcionais das empresas de franquia associadas à Afras. Também passou a integrar o projeto a Faculdade de Tecnologia em Hotelaria, Gastronomia e Turismo de São Paulo, responsável pelas aulas teóricas. ■

Orçamento popular

Audiências públicas regionalizadas garantiram a participação da população de todo o Estado na discussão do Orçamento para 2007.



Em Campinas, a audiência pública foi realizada na Câmara Municipal

As audiências públicas realizadas em 2006 para discutir o Orçamento de 2007 não foram uma novidade. Entre agosto e novembro de 2005, ocorreram audiências semelhantes nos municípios sedes de 42 regiões de governo do Estado e em sete municípios da Região Metropolitana de São Paulo. O objetivo foi discutir propostas a serem incorporadas no Orçamento de 2006.

A essas 49 audiências públicas, compareceram mais de 4 mil pessoas. Ao entrar no local onde a reunião seria realizada, cada participante recebia um formulário, cujas instruções de

preenchimento eram dadas no início da audiência. As folhas deveriam conter os dados do autor da proposta, bem como detalhes sobre o pedido. Cerca de 3 mil pessoas apresentaram propostas de emendas. Essas sugestões foram inseridas no Sistema de Cadastro de Emendas, no portal da Assembléia, uma a uma e com numeração própria, de forma que o cidadão pudesse acompanhar sua tramitação.

O total de emendas incluídas no relatório foi de 250, média de cinco pedidos acolhidos em cada região de governo. A grande parte das propostas referia-se à recuperação de estradas, à melhoria dos serviços de saúde (Santas Casas) e a obras de infraestrutura, como pontes, casas e obras de saneamento.

O relatório foi votado pela Comissão de Finanças e Orçamento no dia 21 de dezembro de 2005 e apreciado pelo Plenário em 22 de fevereiro de 2006. As emendas regionais e as parlamentares foram transformadas em subemendas, agrupadas em um único texto denominado emenda aglutinativa, que foi aprovado juntamente com o Orça-

mento estadual. A cada região de governo foram destinados aproximadamente R\$ 5 milhões para implementar as sugestões populares feitas nas audiências públicas.

Novo modelo

Em 27 de abril de 2006, o presidente da Assembléia, deputado Rodrigo Garcia, recebeu do secretário de Economia e Planejamento do Estado, Fernando Carvalho Braga, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) referente ao exercício de 2007. O secretário estava acompanhado por sua equipe técnica e entregou o documento na presença de líderes partidários e dos outros dois membros da Mesa Diretora da Assembléia, o 1º secretário, Fausto Figueira, e o 2º secretário, Geraldo Vinholi. Na oportunidade, Garcia destacou a importância da LDO, que “direciona todos os investimentos estaduais que serão aprovados por esta Casa”.

Garcia enfatizou ainda que a aprovação da LDO 2006 e da LOA 2006 pela Assembléia apresentara resultado inédito e tinha sido marcada pelo “entendimento de um novo modelo e de uma nova visão orçamentária que a Assembléia buscou imprimir, junto com o Executivo”. Ele se referia à realização de audiências públicas nas diversas regiões do Estado em 2005.

O presidente do Parlamento paulista disse também que a “sintonia entre os dois poderes, Executivo e Legislativo, é fundamental para promover estudos institucionais sobre mecanismos de aprimora-

mento do novo modelo de discussão do Orçamento”.

Regionalização do Orçamento

No período de 10 de maio a 14 de junho de 2006, a Comissão de Finanças e Orçamento (CFO) realizou 24 audiências públicas em municípios sedes de regiões de governo do Estado de São Paulo com a finalidade de ouvir sugestões de autoridades e de representantes de segmentos sociais à LDO e ao Orçamento para 2007.

As audiências ocorreram nas cidades de Araraquara, Araçatuba, Bauru, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas, Catanduva, Cruzeiro, Fernandópolis, Franca, Guarulhos, Marília, Osasco, Ourinhos, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo André, Santos, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Paulo e Sorocaba.

Parte das sugestões apresentadas foi incorporada ao Projeto de Lei 225/2006 (que dispõe sobre a LDO 2007) pelo relator da matéria, deputado Edmir Chedid, mediante a conversão das propostas em emendas. O relatório foi aprovado em 29 de agosto pela CFO.

A LDO trata das metas orçamentárias e as sugestões aceitas pelo relator se enquadram em ações de governo previstas no Plano Plurianual 2004-2007. Nenhuma nova ação é indicada no relatório, que apenas altera os números referentes a cada meta, de forma a atender as solicitações feitas nas audiências públicas. Além disso, o relatório prevê que o Orçamento para 2007 indique investimentos por região de governo e a

Emenda 198 fixa que esses investimentos devem ter como referência o Índice Paulista de Responsabilidade Social e o Índice de Desenvolvimento Humano.

No dia 15 de dezembro de 2006, a Assembléia Legislativa aprovou a LDO para 2007. O texto aprovado representou um avanço para a área da Educação, que poderá ter seus recursos gerais aumentados de 30% para 31% do Orçamento do Estado. O texto também elevou a cota-parte do ICMS para as universidades de 9,57% para 10,43% e destinou 1% da arrecadação do mesmo imposto para o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, que administra as Faculdades de Tecnologia (Fatecs) e as escolas técnicas estaduais.

A LDO aprovada incluiu ainda outras emendas de autoria dos deputados, que modificaram o projeto original enviado à Casa pelo Executivo em abril. O objetivo das emendas foi atender reivindicações apresentadas durante as 24 audiências públicas que discutiram o Orçamento para 2007. Entre as emendas aprovadas, estão a que institucionaliza a realização de audiências públicas nas 15 regiões administrativas do Estado para discutir o Orçamento estadual e a que estabelece a regionalização dos recursos. A deliberação sobre o projeto da Lei Orçamentária, que, normalmente, ocorre em dezembro, ficou para 2007. Sem a votação do Orçamento do Estado, a sessão legislativa anual, marcada para terminar em 15 de dezembro, não se encerra. ■

Homenagem romana

Presidente do Legislativo recebe diploma e medalha da Bienal de Roma, em reconhecimento à oficialização do Museu de Arte do Parlamento de São Paulo.



O presidente Rodrigo Garcia (entre Livia Bucci e Massarani) recebendo a homenagem da Bienal de Roma

No dia 23 de março de 2006, foi recebida pelo presidente da Assembléia Legislativa, deputado Rodrigo Garcia, a representante no Brasil e na América Latina da Bienal de Arte Internacional de Roma e da Bienal Internacional de Arte Contemporânea de Florença, Livia Bucci. Acompanhada de seu filho Carlos Rogério Bucci Navarro e do superintendente do Patrimônio Cultural da Assembléia Legislativa, Emanuel von Lauenstein Massarani, Livia entregou ao presidente do Legislativo paulista a medalha e

respectivo diploma concedidos a ele pela Bienal de Roma, em homenagem à oficialização do Museu de Arte do Parlamento de São Paulo, instalado na Assembléia.

A visitante, que há dez anos se dedica ao intercâmbio cultural entre a Itália e o Brasil, tem divulgado a arte brasileira na Europa e também artistas italianos no Brasil. Ela pretende ampliar sua ação no Oriente Médio, mais precisamente na Cidade do Kuwait, onde divulgaria artistas brasileiros.

Em 2004, Livia Bucci doou à Assembléia várias obras de artistas italianos e brasileiros que ela representava: as pinturas *Vida*, de Célia Rachel Rvk; *Sermão no Monte*, de Itamar de Moraes; e *Sem Título*, de Silvana Galeone; e as esculturas *A Família*, de Roberto Fabiani, e *A Dama com Máscara*, de Elizabeth Tudisco.

O presidente Rodrigo Garcia, após agradecer a homenagem e as doações de pinturas e esculturas de artistas peninsulares ao Museu de Arte do Parlamento de São Paulo, entregou a Livia a Medalha dos 170 anos da Assembléia Legislativa. ■

Governo interino

Ao assumir o governo interino do Estado em outubro passado, o presidente da Assembléia Legislativa destacou a independência entre os poderes e a importância do funcionamento do sistema constitucional brasileiro.



Garcia assume o cargo no Palácio dos Bandeirantes: o mais jovem governador da história de São Paulo

No dia 5 de outubro de 2006, o presidente da Assembléia, deputado Rodrigo Garcia, foi empossado governador interino do Estado de São Paulo. A posse de Garcia ocorreu na Assembléia e deveu-se a licença solicitada pelo governador Cláudio Lembo para viajar ao Uruguai nos

dias 8 e 9 de outubro, onde participou de simpósio sobre a indústria e se encontrou com líderes políticos daquele país. O deputado Valdomiro Lopes, 2º vice-presidente da Casa, assumiu a presidência do Parlamento paulista pelo mesmo período. Aos saudar os parlamentares presentes no plenário, Garcia disse: “Quero compartilhar minha emoção com meus colegas. Tive aqui (na Assembléia) a oportunidade de aprender o processo político. Todos os meus colegas foram autênticos professores para mim. Este é um dia memorável na história deste parlamentar”. Garcia agradeceu também ao governador Cláudio Lembo pela oportunidade e reiterou seu compromisso com a independência do Legislativo: “Nestes poucos mas intensos dias, prometo respeitar de verdade a autonomia e independência deste Poder”. E completou: “Quando se teorizou sobre a independência dos poderes, estabeleceu-se a divisão deles como meio de encontrar o equilíbrio verdadei-



Garcia recebeu, no Palácio dos Bandeirantes, comitiva da província japonesa de Shimane

ro da autoridade pública. Acredito de fato que o Legislativo é poder equivalente ao Executivo e ao Judiciário e tenho consciência da responsabilidade de governar, mesmo que por curto período, os mais de 40 milhões de pessoas que vivem em nosso Estado”.

A transmissão do cargo ocorreu no dia 8, um domingo, no Palácio dos Bandeirantes. “Rodrigo Garcia é um jovem de 32 anos, o mais jovem governador que São Paulo já conheceu e isso é motivo de orgulho para todos, mostrando que a nossa juventude tem condições de assumir o governo de São Paulo”, destacou Lembo em seu discurso. Já como governador interino, Rodrigo Garcia acentuou a importância do ato, que “mostra a tranquilidade da democracia brasileira, das nossas instituições, do sistema constitucional que temos”.

Agenda intensa

Garcia manteve a agenda de Lembo, com visitas a obras e recepção a autoridades já previstas. Na manhã da segunda-feira, 9/10, visitou as obras da fábrica de vacinas contra a gripe do Instituto Butantã, na zona oeste da capital, e entregou as obras do Programa de Revitalização dos Pólos e Articulação Metropolitana (Pró-Pólos) no município de Caieiras.

A fábrica do Instituto Butantã será a primeira da América Latina a produzir as vacinas contra o vírus *Influenza*, que causa a gripe comum. A capacidade de produção nessa unidade será de cerca de 40 milhões de doses anuais, quantidade que atenderá toda a demanda nacional. Já o Pró-Pólos de Caieiras, localizado próximo à estação da CPTM, visa facilitar a integração dos diferentes modos

de transporte na cidade.

Na tarde do dia 9, o governador Rodrigo Garcia recebeu uma comitiva do Japão, liderada pelo governador da província de Shimane, Nobuyoshi Sumita. O dirigente japonês estava acompanhado do presidente da Assembléia da província de Shimane, Tsuyoshi Kurai, e de representantes da comunidade nipo-brasileira no Brasil.

Durante a audiência, Rodrigo Garcia disse que o setor sucroalcooleiro paulista – maior região produtora de etanol do Brasil – está preparado para atender o crescimento de demandas das exportações mundiais. Somente em março deste ano, o Japão comprou do Brasil cerca de 24,6 milhões de litros de etanol, o que levou o país asiático a ficar no segundo lugar entre os compradores de etanol, atrás apenas dos Estados Unidos. Já o presidente da Assem-

bléia de Shimane lembrou que visitara nos últimos dias regiões produtoras de cana-de-açúcar no interior do Estado e demonstrou estar impressionado com a tecnologia utilizada pelo setor.

No âmbito cultural, Rodrigo Garcia ressaltou os preparativos para a comemoração do centenário da imigração japonesa em 2008. “Nós, autoridades brasileiras, estamos empenhados em promover uma grande festa para marcar essa data. Isso só mostra o respeito que temos com a história da cultura japonesa em São Paulo. A comemoração do centenário vai ser importante para que possamos reviver toda essa

história”, completou Garcia.

O governador de Shimane falou sobre a universidade da província, que recebe adolescentes brasileiros para intercâmbio. Segundo Sumita, os jovens se transformaram em verdadeira ponte para troca de informações culturais entre as duas nações. “Para nós, é muito importante manter esses jovens brasileiros nas nossas universidades. Eles representam novas gerações e continuarão preservando a nossa cultura e mantendo assim essa relação”, comentou Sumita. À noite, Rodrigo Garcia participou do lançamento da pedra fundamental da expansão do Hospital Israelita Albert Einstein, na

capital. Serão três prédios que abrigarão novos ambulatórios (diagnósticos e cirurgia ambulatorial), consultórios, centro cirúrgico, tratamentos de alta complexidade e centro administrativo e apoio logístico. O projeto ainda prevê a construção de um novo auditório para 500 pessoas. A unidade do Morumbi aumentará de 85 mil para 240 mil metros quadrados. As obras devem ser concluídas em 2012. “Esse desafio imprime uma nova marca à nossa história, que traz em sua trajetória a perspectiva visionária”, disse Cláudio Luiz Lottenberg, presidente da Sociedade Beneficente Israelita Albert Einstein. ■

Deputados comentam a posse de Rodrigo Garcia

Na cerimônia de posse como governador interino do Estado de São Paulo, o deputado Rodrigo Garcia ouviu os pronunciamentos de seus pares. Leia o que disseram os parlamentares:

“É a juventude na política, que se investe de ética, de compromisso e de seriedade”, afirmou Ana Martins (PCdoB), lembrando de mudanças importantes na atuação da Assembleia, como a participação da sociedade na discussão do Orçamento.

“Quando o elegemos presidente desta Casa, tínhamos certeza de que viria para engrandecer o Legislativo paulista, tratando todos os deputados de maneira igual”, disse Baleia Rossi (PMDB). “Sentimos orgulho de vê-lo assinar o livro como o governador mais jovem da história de São Paulo.”

“A bancada do PT sabe que desempenhou um papel importante ao contribuir para con-

duzi-lo à Presidência da Casa”, afirmou o deputado Sebastião Arcanjo (PT). “Que nas próximas 48 horas o Estado de São Paulo possa dar um salto de qualidade.”

“O Partido Verde sempre depositou um carinho e uma responsabilidade muito grandes em Vossa Excelência e sabe da carreira brilhante que desempenhou no Parlamento paulista. É o mais jovem em idade, mas a experiência a ultrapassa, e muito”, declarou Paulo Sergio (PV).

“Um escritor já disse que quem quer ser universal tem de primeiro cantar sua aldeia”, disse Vaz de Lima (PSDB). “Isso (a posse) coroa sua carreira nesses dois mandatos. Esperamos que Vossa Excelência deixe uma marca muito boa, muito positiva, de sua personalidade.”

“Que Vossa Excelência tenha sorte nesse período à frente do Executivo do Estado de São

Paulo”, foi o que desejou Conte Lopes (PTB). “Rodrigo é preparado, é um jovem com atitudes certas. Será um representante à altura, pela sua jovialidade e pela sua experiência, pela sua capacidade de resolver problemas”, afirmou Afanasio Jazadji (PFL), para quem os 40 milhões de habitantes do Estado estarão sob os cuidados desse jovem “quase menino”.

“É uma pessoa especial, de quem aprendemos a gostar pela sua postura, seu equilíbrio e sua competência”, disse Maria Almeida (PRB).

“Eu me sinto realmente orgulhoso como o mais antigo deputado desta Casa – não o mais velho, o mais antigo – ao assistir a uma cerimônia deste porte”, declarou Antonio Salim Curiati (PP), que propôs reforma constitucional para assegurar que o equilíbrio entre os poderes no Estado de São Paulo seja efetivamente assegurado.

Rodrigo Garcia foi o 11º presidente da Alesp a ocupar a chefia de governo do Estado

Antônio Sérgio Ribeiro*

Com a posse do presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado Rodrigo Garcia, no cargo de governador, foi a 11ª vez desde o advento da República, em 15/11/1889, que um chefe do Poder Legislativo ocupou o posto de chefe do Poder Executivo no Estado. Entre 1892 e 2006, assumiram o governo do Estado três presidentes do antigo Senado Estadual e oito presidentes da Assembléia Legislativa (na chamada República Velha – 1891-1930 –, o sistema legislativo nos estados era bicameral, composto do Senado Estadual e da então Câmara dos Deputados Estadual, hoje Assembléia).

A primeira vez que um chefe do Poder Legislativo assumiu o governo de São Paulo foi em 21/9/1892. O presidente do Senado na época, Ezequiel de Paula Ramos, exerceu o cargo interinamente, em razão da viagem do presidente do Estado (o equivalente ao governador de hoje), Bernardino de Campos, ao Rio de Janeiro, a então capital federal.

A segunda vez foi entre o término do mandato de Bernardino de Campos e antes da posse do presidente eleito Campos Salles, quando houve um hiato de 15 dias, período no qual assumiu o cargo o presidente do Senado Estadual, Francisco de Assis Peixoto Gomide.

A terceira vez foi por ocasião da morte do presidente Carlos de Campos, em 27/4/1927. O vice-presidente Fernando Prestes, por motivo de doença, não pôde assumir, cabendo ao então presidente do Senado, Antonio Dino da Costa Bueno (Dino Bueno), a tarefa de dirigir os destinos de São Paulo e passar o cargo ao sucessor eleito, Júlio Prestes de Albuquerque, em 14/7/1927.

Candidato à presidência da República, o governador Armando de Salles Oliveira renunciou ao cargo em 29/12/1936, assumindo interinamente suas funções o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Henrique Smith Bayma, que permaneceu como governador até a posse de José Joaquim Cardozo de Mello Neto, eleito pela própria Assembléia.

Depois disso, somente em 1985 é que um presidente da Assembléia Legislativa exerceria o cargo de governador. Assumiu a incumbência de dirigir o Estado o deputado Néfi Talles, quando da viagem do governador Franco Montoro aos países da Bacia do Prata, nos dias 1º e 2/3/1985.

O governador Montoro se licenciaria do cargo mais uma vez: entre 11 e 16/12/1986, para realizar outra viagem ao exterior, assumindo as funções de governador o presidente da Assembléia na época, deputado Luiz Carlos Santos.

Entre 7 e 17/2/1991, assumiu o Executivo paulista o deputado Tonico Ramos, quando da licença do governador Orestes Quércia também para uma viagem ao exterior.

Durante a gestão do governador Luiz Antonio Fleury Filho, por duas vezes um presidente da Assembléia Legislativa assumiu o cargo de chefe do Poder Executivo: de 8 a 18/5/1992, o deputado Carlos Apolinário, e nos dias 12 e 13/12/1994, o deputado Vitor Sapienza.

Antes do deputado Rodrigo Garcia, a última vez que um presidente da Assembléia Legislativa havia exercido o cargo de governador do Estado foi entre 13 e 15/11/2001. Na época, o deputado Walter Feldman assumiu o lugar do governador Geraldo Alckmin, em razão de viagem deste ao exterior.

O deputado Rodrigo Garcia foi o mais jovem governador da história do Estado de São Paulo. Tem 32 anos de idade. Nasceu em Tanabi (SP) no dia 10/5/1974.

***Antônio Sérgio Ribeiro é advogado, pesquisador e funcionário da Secretaria Geral Parlamentar da Assembléia**

O novo Parlamento

As eleições de 1º de outubro renovaram 45 das 94 cadeiras de deputados estaduais da Assembléia Legislativa. As 49 vagas restantes serão ocupadas por deputados reeleitos.



Plenário JK no dia da diplomação

Permanecerão na próxima legislatura 49 parlamentares que exerciam mandato no dia do pleito, um índice de reeleição de 52,1%. Serão 45 os deputados novos paulistas, 47,9% das 94 cadeiras da Casa. Onze são do PSDB. Seguem-se o PFL, com oito, e o PV, com sete. O PT elegeu cinco novos parlamentares. Os 14 restantes estão assim distribuídos entre os partidos: três do PPS; dois do PSOL, dois do PMDB e dois do PL; e um do PP, um do Prona,

um do PDT, um do PSC e um do PSB. Veja nas páginas adiante breves perfis dos eleitos.

Comparado com outros três dos maiores colégios eleitorais do país, o Estado de São Paulo registrou renovação parlamentar superior à de Minas Gerais (40,2%) e Rio Grande do Sul (38,2%), mas inferior à do Rio de Janeiro, que renovou 48,5% de suas cadeiras.

PSDB, a maior bancada

O PSDB foi o partido que obteve o maior número de candidatos eleitos para o Parlamento paulista, conseguindo 24 cadeiras. O número representa um avanço para o partido. Em 2002, foram eleitos 18 deputados tucanos, mas no transcurso da atual legislatura a legenda recebeu a filiação de quatro parlamentares de outros partidos.

Já o PT, que terá a segunda maior bancada, diminuiu o número de cadeiras dos atuais 22 parlamentares para 20. Em comparação com as eleições de 2002, a coligação PT-PCdoB perdeu cinco cadeiras. Em 2002, foram eleitos 23 petistas – o

deputado Mauro Menucci deixou o partido em 2005 para se filiar ao PSB – e dois representantes do PCdoB, que não conseguiu reconquistar representação na Assembléia. Fundado em 2004, o PSOL estreia na próxima legislatura do Parlamento paulista com duas cadeiras.

O PPS, o PL, o PP e o PSC não sofreram alteração em suas bancadas. O primeiro permaneceu com cinco representantes e os demais mantiveram duas cadeiras. O PDT e o PTB sofreram redução de um membro cada, ficando com cinco e quatro parlamentares, respectivamente.

O maior crescimento proporcional foi apresentado pelo PFL, que havia conquistado seis cadeiras em 2002 e agora obteve 11. O PV também demonstrou crescimento, passando de cinco para oito representantes. O Prona, depois de perder seus quatro parlamentares para outros partidos – a última a sair foi a deputada mais votada em 2002, Havanir Nimtz, que em 2006 tentou se eleger à Câmara dos Deputados pelo PSDB –, reconquistou uma cadeira.

Outro fenômeno constatado pelos resultados do pleito deste ano foi o desaparecimento dos pequenos partidos na Assembléia. PTN, PRP, PGT e PRB, que contaram com representante no Parlamento paulista em algum momento da atual legislatura, não participaram da cerimônia de diplomação dos eleitos.

Estaduais eleitos federais

Dos 94 deputados estaduais da atual legislatura, que se estende até 14 de março de 2007, 14 se

candidataram a uma vaga na Câmara dos Deputados. Seis deles foram eleitos deputados federais por São Paulo, quatro do PSDB, um do PPS e um do PT: Arnaldo Jardim (PPS), Duarte Nogueira (PSDB), Edson Aparecido (PSDB), Ricardo Tripoli (PSDB), Vanderlei Macris (PSDB) e Cândido Vaccarezza (PT).

Não obtiveram vaga em Brasília Geraldo Bispo Gê Tenuta (PFL), Milton Vieira (PFL), Souza Santos (PL), Havanir Nimtz (PSDB), José Carlos Stangarlini (PSDB), Ítalo Cardoso (PT), Renato Simões (PT) e Roberto Alves (PTB).

Dos seis deputados estaduais eleitos para a Câmara dos Deputados, quatro têm base eleitoral na capital. Nogueira é de Ribeirão Preto e Macris de Americana.

Arnaldo Jardim e Duarte Nogueira já foram secretários estaduais da Habitação. Nogueira foi ainda secretário da Agricultura e Abastecimento e Tripoli foi secretário do Meio Ambiente. Tripoli e Macris já presidiram o Legislativo paulista.

A diplomação dos eleitos

Os escolhidos em 1º/10/2006 para representar a vontade dos eleitores de São Paulo foram diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral no dia 19 de dezembro, em cerimônia realizada na Assembléia Legislativa. Foram distribuídos os diplomas de 70 deputados federais, 94 estaduais, do senador Eduardo Suplicy (PT), do governador José Serra e seu vice, Alberto Goldman (do PSDB).

Caso não haja interposição de recurso, a diplomação habilita os

eleitos a tomar posse de seus cargos. A cerimônia, relativamente rápida, foi conduzida pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Paulo Henrique Barbosa Pereira. Em seu pronunciamento, ele abordou – “para a meditação do ilustre senador e dos nobres deputados federais” – a Proposta de Emenda Constitucional 358/2005, que tramita na Câmara dos Deputados, propondo mudanças na estrutura da Justiça Eleitoral.

“Esta estrutura deverá permanecer, com o que se manterão as já reconhecidas características de eficiência e celeridade com que se desenvolvem os trabalhos dessa Justiça especializada”, afirmou, após fazer um rápido balanço do atual funcionamento das instâncias eleitorais.

Os diplomas foram entregues primeiro aos deputados federais e em seguida aos estaduais, senador, vice-governador e governador. Contrastando como o comportamento em geral discreto da lotada galeria do plenário Juscelino Kubitschek, ouviram-se vaias a alguns diplomados e aplausos demorados a outros. ■

Lista dos deputados eleitos por partido e número de votos

PSDB

1. Pedro Tobias	228.325
2. Paulo Alexandre Barbosa	182.654
3. Vaz de Lima	142.903
4. Analice Fernandes	140.587
5. Sidney Beraldo	136.826
6. Célia Leão	124.131
7. Bruno Covas	122.312
8. Orlando Morando	120.771
9. Maria Lúcia Amary	117.212
10. Barros Munhoz	114.009
11. Celso Giglio	111.302
12. Mauro Bragato	110.146
13. Samuel Moreira	109.225
14. Celino Cardoso	106.563
15. Roque Barbieri	96.597
16. Fernando Capez	95.101
17. Antonio Carlos	94.218
18. Marcos Zerbini	94.082
19. Rodolfo Costa e Silva	92.382
20. João Caraméz	84.560
21. Ricardo Montoro	81.181
22. Roberto Engler	77.486
23. José Augusto	74.638
24. Roberto Massafera	72.205

PT

1. Rui Falcão	183.364
2. Simão Pedro	104.339
3. Mário Realí	98.694
4. Carlinhos Almeida	94.024
5. Sebastião Almeida	89.399
6. Hamilton Pereira	82.256
7. Vicente Cândido	81.132
8. Antonio Mentor	77.874
9. José Zico Prado	76.708
10. Marcos Martins	71.474
11. Adriano Diogo	69.074
12. Ana do Carmo	67.596
13. Ana Perugini	66.878
14. Donisete Braga	64.569

15. Cido Sérgio	63.021
16. Roberto Felício	59.227
17. José Candido	58.932
18. Maria Lúcia Prandi	55.736
19. Vanderlei Siraque	55.715
20. Fausto Figueira	55.599

PFL

1. Rodrigo Garcia	196.824
2. Gil Arantes	149.642
3. Darcy Vera	140.702
4. André Soares	120.168
5. Estevam Galvão	94.099
6. João Mellão Neto	79.903
7. Edmir Chedid	78.583
8. João Barbosa	77.650
9. Bispo Zé Bruno	73.968
10. Aldo Demarchi	70.880
11. Milton Leite	70.629

PV

1. Rita Passos	76.841
2. Padre Afonso Lobato	67.138
3. Vanessa Damo	64.579
4. Major Olímpio	52.386
5. Edson Giriboni	47.968
6. Reinaldo Alguz	47.192
7. Chico Sardelli	45.445
8. Feliciano	43.643

PDT

1. Rogério Nogueira	117.298
2. Geraldo Vinholi	83.935
3. Rafael Silva	68.092
4. Haifa Madi	66.981
5. José Bittencourt	41.510

PPS

1. Roberto Moraes	82.487
2. Luis Carlos Gondim	70.403
3. Vitor Sapienza	64.918

4. Alex Manente	60.571
5. David Zaia	54.799

PTB

1. Campos Machado	246.247
2. Edson Ferrarini	98.541
3. Waldir Agnello	87.939
4. Conte Lopes	87.191

PMDB

1. Jorge Caruso	81.810
2. Baleia Rossi	64.000
3. Uebe Rezeck	52.587
4. Ed Thomas	48.609

PSB

1. Valdomiro Lopes	132.605
2. Vinícius Camarinha	94.551
3. Jonas Donizette	89.374
4. Luciano Batista	59.653

PSOL

1. Carlos Giannazi	50.269
2. Raul Marcelo	35.670

PSC

1. Said Mourad	34.020
2. Lelis Trajano	29.515

PP

1. Russomano	71.952
2. Antonio Salim Curiati	66.208

PL

1. Gilmaci Santos	65.188
2. Otoniel Lima	60.358

Prona

1. Patrícia	77.351
-------------	--------

Os 49 deputados reeleitos



Adriano Diogo – PT

Adriano Diogo é geólogo sanitarista formado pela USP. Iniciou sua militância política em 1963. Participou da resistência à ditadura militar e da luta pela anistia e pelos direitos humanos. Foi eleito quatro vezes vereador de São Paulo. Atuou em defesa do meio ambiente, saúde pública, educação, moradia popular e regiões periféricas. É autor da Lei de Coleta Seletiva

de Lixo e da Lei das Piscininhas do município (de combate às enchentes). Em 2002, elegeu-se deputado, licenciando-se da Alesp em 2003 para ser secretário municipal do Meio Ambiente de São Paulo. Em 2006, foi reeleito com 69.074 votos.



Aldo Demarchi – PFL

Aldo Demarchi é administrador de empresas. Foi vereador, vice-prefeito e prefeito em Rio Claro. Elegeu-se deputado estadual pelo PPB (hoje, PP) em 1994, com 27.789 votos, reelegendo-se em 1998 pelo mesmo partido, com 53.702 votos. Este é seu terceiro mandato na Alesp (elegeu-se com 55.995 votos). Demarchi já apresentou mais de 80 projetos de lei. Tem entre suas metas de trabalho incentivar a agricultura natural, a agropecuária e a implantação de pequenas e médias empresas no Estado. É defensor das escolas técnicas (de ensino médio). Em

2006, foi reeleito com 70.880 votos.



Antonio Mentor – PT

Antonio Mentor foi vereador e secretário de Governo em Americana. Este é seu segundo mandato de deputado estadual. Em 2002, sua votação foi a maior da Região Metropolitana de Campinas, afirma. Na Alesp, foi líder da bancada do PT e presidente da Comissão de Serviços e Obras Públicas. Entre as propostas que apresentou na Casa, estão o fim do voto secreto dos deputados, a delegação de poder de polícia às Guardas Municipais, o combate ao assédio moral no serviço público e a regulamentação dos

comerciais de medicamentos. Em 2006, foi reeleito com 77.874 votos.



Ana do Carmo – PT

Ana do Carmo iniciou sua militância na luta sindical, durante as greves trabalhistas de 1979 e 1980, quando era operária. É filiada ao PT desde sua fundação. Atua no movimento popular e de mulheres e nas lutas dos moradores por melhorias no bairro desde os anos 70. Foi eleita vereadora em São Bernardo do Campo em 1988, quando

estão passou a intensificar seu trabalho junto ao povo pobre da cidade, que, segundo ela, forma grande parte de seu eleitorado. Reelegeu-se vereadora em 1992, 1996 e 2000. Depois de ter sido suplente nas eleições de 1998, elegeu-se deputada estadual em 2002 com 67.752 mil votos. Em 2006, foi reeleita com 70.880 votos.



Analice Fernandes – PSDB

Analice Fernandes é enfermeira e foi secretária do Bem-Estar Social de Taboão da Serra. Em sua primeira disputa eleitoral, em 2002, elegeu-se deputada estadual com 100.134 votos. As bandeiras de seu mandato são saúde, promoção social, geração de emprego e renda e melhores condições para a mulher mãe de família. Na Grande São Paulo, luta pela ampliação da

Linha 4 do Metrô. Nascida no interior do Estado, em Jales, atua também na defesa do agronegócio, da qual faz parte a criação da Central Integrada de Alimentos de São Paulo (Ciasp), um entreposto às margens do Rodoanel. Em 2006, foi reeleita com 140.587 votos.



Antonio Salim Curiati – PP

O médico Antonio Salim Curiati cumpre, desde março de 2003, seu sétimo mandato no Legislativo paulista. Foi eleito deputado estadual de 1967 a 1978, em 1990 e em 1998. Nascido em Avaré, no interior paulista, foi deputado federal de 1987 a 1991, período em que se elaborou a nova Constituição do país. Exerceu ainda a prefeitura da cidade de São Pau-

lo de 1982 a 1983. Foi secretário estadual da Promoção Social de 1979 a 1982 e secretário municipal da Família e Bem-Estar Social de 1993 a 1994. Entre 1995 e 1998, foi secretário municipal executivo para Assuntos Comunitários. É o atual líder da bancada do PP na Casa. Em 2006, foi reeleito com 66.208 votos.



Afonso Lobato – PV

Formado em filosofia, direito e teologia, José Afonso Lobato, 44 anos, foi ordenado sacerdote em 1988 e passou a coordenar a Pastoral Diocesana em Taubaté. Em 1994, assumiu a Paróquia da Santíssima Trindade, onde ficou por oito anos, criando projetos sociais para o atendimento de pessoas carentes e prestando serviços à comunidade e aos mais necessitados. Em 2002, deixou a paróquia para disputar uma vaga de deputado pelo PV. Foi eleito com 41.334 votos. Hoje, exerce o ministério sacerdotal, visitando comunidades e motivando católicos a assumir a dimensão sociopolítica da fé. Foi líder do PV na Casa. Em 2006, foi reeleito com 67.138 votos.



Baleia Rossi – PMDB

Luís Felipe Baleia Tenuto Rossi conta que sua trajetória política começou aos 20 anos, como o vereador mais jovem da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Conta ainda que, aos 28 anos, em seu terceiro mandato, foi o vereador mais votado da história da cidade. Aos 30, elegeu-se deputado, com mais de 77 mil votos. Bacharel em direito, foi vice-presidente da Câmara e secretário municipal de Esportes. Sua atuação tem se voltado sobretudo para a defesa de interesses que conduzem ao fortalecimento da família. É um incentivador de práticas ecológicas e esportivas e que afastem os jovens da violência das ruas. É o atual líder do PMDB na Casa. Em 2006, foi reeleito com 64.000 votos.



Campos Machado – PTB

Advogado criminalista, Antônio Carlos de Campos Machado ingressou na política pelas mãos de Jânio Quadros. Eleito deputado pela primeira vez em 1990, reelegeu-se seguidamente. Em 2002, obteve 145.647 votos. Campos Machado é autor de cerca de 90 leis aprovadas em plenário, entre elas a que prevê benefícios fiscais para empresas em que pelo menos 30% de seus funcionários tenham mais de 40 anos de idade. Foi conduzido pela 12ª vez consecutiva à liderança do PTB na Alesp, fato inédito na história da Casa, afirma. É autor das propostas de criação das CPLs dos Bingos (1995) e da Telefônica (1999). É o atual líder do PTB na Casa. Em 2006, foi reeleito com 246.247 votos.



Carlinhos Almeida – PT

Eleito deputado em 1998, Carlinhos Almeida foi reeleito em 2002, ano em que liderou a bancada do PT na Alesp. Também em 2002, foi apontado pela ONG Voto Consciente como um dos 25 melhores deputados estaduais da Alesp. Bancário, professor de história, foi vereador por três mandatos e presidente da Câmara Municipal de São José dos Campos. Seus principais projetos propõem a suspensão e revisão da progressão continuada nas escolas do Estado, a instituição do Orçamento Participativo Estadual e a criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba. Foi presidente da Comissão de Educação da Alesp. Em 2006, foi reeleito com 94.024 votos.



Célia Leão – PSDB

Paraplégica por acidente de automóvel desde 1974, Célia Leão é militante dos movimentos pelos direitos das pessoas portadoras de deficiência. Ex-vereadora e uma das fundadoras do PSDB em Campinas, foi eleita deputada em 1990 e reeleita sucessivamente. Em 2002, obteve quase 110 mil votos. Foi a primeira mulher na história da Alesp a presidir a Comissão de

Constituição e Justiça. Presidiu também a Comissão de Assuntos Internacionais e atualmente preside a de Cultura, Ciência e Tecnologia. Sua atuação é voltada para questões de saúde e assistência social, com atendimento primordial a portadores de deficiência, crianças, adolescentes, mulheres e idosos. Em 2006, foi reeleita com 124.131 votos.



Celino Cardoso – PSDB

Eleito deputado estadual pela primeira vez em 1994, Celino Cardoso, cumpre seu terceiro mandato. Em 2002, obteve 108.274 votos. Nascido no Paraná, empresário do ramo hoteleiro e da construção civil, desenvolve atuação em busca da solução de problemas das comunidades, sobretudo com crianças carentes e pessoas da terceira idade. Suas atividades políticas concentram-se na zona noroeste da capital e no interior, na sub-região de São Pedro. Foi secretário-chefe da Casa Civil do governo Mário Covas e 1º vice-presidente da Alesp. Ocupou a Presidência da Casa de janeiro a março de 2003. Em 2006, foi reeleito com 106.563 votos.

Suas atividades políticas concentram-se na zona noroeste da capital e no interior, na sub-região de São Pedro. Foi secretário-chefe da Casa Civil do governo Mário Covas e 1º vice-presidente da Alesp. Ocupou a Presidência da Casa de janeiro a março de 2003. Em 2006, foi reeleito com 106.563 votos.



Conte Lopes – PTB

Eleito em 2002 para o quinto mandato consecutivo, com cerca de 207 mil votos, Conte Lopes, 57 anos, paulistano, formado em direito, é capitão da Polícia Militar e detentor da Lâurea de Mérito Pessoal em primeiro grau. Em 1998, foi o segundo deputado mais votado no Estado. Atuou como membro da CPI do Crime Organizado (1997) e da CPI do Narcotráfico (1999). Em 2001, foi escolhido líder do PPB (hoje, PP) na Alesp e membro da CPI do Sistema Prisional. Em março de 2003, foi reconduzido à liderança do partido. É autor do livro *Matar ou Morrer*, no qual relata as principais ocorrências de sua vida como policial. Em 2006, foi reeleito com 87.191 votos.

Eleito em 2002 para o quinto mandato consecutivo, com cerca de 207 mil votos, Conte Lopes, 57 anos, paulistano, formado em direito, é capitão da Polícia Militar e detentor da Lâurea de Mérito Pessoal em primeiro grau. Em 1998, foi o segundo deputado mais votado no Estado. Atuou como membro da CPI do Crime Organizado (1997) e da CPI do Narcotráfico (1999). Em 2001, foi escolhido líder do PPB (hoje, PP) na Alesp e membro da CPI do Sistema Prisional. Em março de 2003, foi reconduzido à liderança do partido. É autor do livro *Matar ou Morrer*, no qual relata as principais ocorrências de sua vida como policial. Em 2006, foi reeleito com 87.191 votos.



Donisete Braga – PT

Donisete Braga, 37 anos, nasceu em Flora Rica (SP). Foi vereador em Mauá por duas vezes, sempre pelo PT, partido que ajudou a criar no Grande ABC paulista. Está em seu segundo mandato de deputado. Na Alesp, foi presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente. É autor de duas importantes leis que mudaram o zoneamento industrial da Região Metropolitana de São Paulo. Seu trabalho pela juventude resultou na instalação da primeira faculdade pública do Grande ABC, a Fatec, em Mauá, e na Lei 10.959/01, que facilita o acesso de jovens de baixa renda às universidades, por meio de estágios remunerados. Em 2006, foi reeleito com 64.569 votos.

Seu trabalho pela juventude resultou na instalação da primeira faculdade pública do Grande ABC, a Fatec, em Mauá, e na Lei 10.959/01, que facilita o acesso de jovens de baixa renda às universidades, por meio de estágios remunerados. Em 2006, foi reeleito com 64.569 votos.



Edson Ferrarini – PTB

Eleito deputado estadual em 1986, vem sendo sempre reeleito. Este é seu quinto mandato. É advogado, psicólogo e coronel da reserva da Polícia Militar. Mantém um centro de recuperação para alcoolismo e drogas há mais de 30 anos, absolutamente gratuito. É autor de vários livros sobre o assunto. Sua luta, entre outros temas, é por mais segurança e menos tóxico. Em 2006, foi reeleito com 98.541 votos.

Este é seu quinto mandato. É advogado, psicólogo e coronel da reserva da Polícia Militar. Mantém um centro de recuperação para alcoolismo e drogas há mais de 30 anos, absolutamente gratuito. É autor de vários livros sobre o assunto. Sua luta, entre outros temas, é por mais segurança e menos tóxico. Em 2006, foi reeleito com 98.541 votos.



Edmir Chedid – PFL

Advogado e empresário, Edmir Chedid foi vereador por dois mandatos e presidente da Câmara Municipal de Serra Negra. No PFL, foi presidente do Diretório Municipal de Serra Negra e 2º tesoureiro estadual. Atualmente, é presidente do Diretório Municipal de Bragança Paulista e membro da Comissão Executiva Estadual. Este é seu terceiro mandato consecutivo de deputado. Foi líder da bancada do PFL (1998-2001) e 2º vice-presidente da Casa (2001-03). Presidiu a CPI dos Combustíveis e as Comissões de Fiscalização e Controle e de Assuntos Metropoli-

Advogado e empresário, Edmir Chedid foi vereador por dois mandatos e presidente da Câmara Municipal de Serra Negra. No PFL, foi presidente do Diretório Municipal de Serra Negra e 2º tesoureiro estadual. Atualmente, é presidente do Diretório Municipal de Bragança Paulista e membro da Comissão Executiva Estadual. Este é seu terceiro mandato consecutivo de deputado. Foi líder da bancada do PFL (1998-2001) e 2º vice-presidente da Casa (2001-03). Presidiu a CPI dos Combustíveis e as Comissões de Fiscalização e Controle e de Assuntos Metropoli-

tanos. Foi relator da CPI dos Pedágios. É o líder do PFL na Alesp. Em 2006, foi reeleito com 78.583 votos.



Fausto Figueira – PT

Fausto Figueira é médico. Elegeu-se três vezes vereador em Santos. Foi diretor do Hospital Guilherme Álvaro, presidente do Sindicato dos Médicos de Santos e diretor da Federação Nacional dos Médicos e do Conselho Regional de Medicina do Estado. Entre 1989 e 1990, ocupou a chefia de gabinete da então prefeita Telma de Souza e, entre 1991 e 1992, foi secretário de Turismo. Em 1992, foi eleito vereador pela primeira vez, tendo sido líder do governo David Capistrano na Câmara. Presidiu o Diretório Municipal do PT de 1998 a 1999. Este é seu primeiro mandato de deputado estadual. É o atual 1º secretário do Parlamento paulista. Em 2006, foi reeleito com 55.599 votos.



Geraldo Vinholi – PDT

Economista, foi superintendente da Conesp (Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo), de 1985 a 1988, diretor-presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), de 1988 a 1991, e diretor de Administração e Finanças da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), de 1993 a 1994. Em 1998, elegeu-se deputado. Em 2002, reelegeu-se com cerca de 70 mil votos. É secretário-geral da Executiva Estadual do PDT. Coordenou o Grupo Terceiro Setor no Fórum São Paulo Século XXI. Presidiu a Comissão de Agricultura e Pecuária e a CPI dos Pedágios. É o atual 2º secretário do Parlamento paulista. Em 2006, foi reeleito com 83.935 votos.



Hamilton Pereira – PT

Hamilton Pereira nasceu em Sorocaba e cumpre seu terceiro mandato de deputado estadual. Nas eleições de 2002, foi o deputado mais votado do PT no Estado de São Paulo e no Brasil, com 131.637 votos. De 2001 a 2003, ocupou o cargo de 1º secretário da Alesp. Hoje, é vice-presidente da Comissão de Relações do Trabalho, a qual já presidiu por três vezes, tendo atuado no combate ao trabalho escravo e infantil e na qualificação da mão-de-obra. Entre as leis de sua autoria, estão as que criaram o Programa de Combate à Violência nas Escolas e o Programa de Atendimento Integral aos Portadores do Mal de Parkinson. Em 2006, foi reeleito com 82.256 votos.



João Caraméz – PSDB

Professor e empresário da construção civil, João Caraméz começou sua vida pública em 1976, como vice-prefeito de Itapevi, município onde nasceu e vive até hoje. Em 1992, foi eleito prefeito da cidade. Cumprido o mandato, foi eleito presidente do Conselho de Desenvolvimento de Itapevi e 1º secretário da Associação Paulista de Municípios. Em 1998, elegeu-se deputado estadual. Foi relator da CPI dos Precatórios Municipais. Foi secretário-chefe da Casa Civil do governo Mário Covas. Em 2002, reelegeu-se deputado com 104.649 votos. Foi presidente da Comissão de Administração Pública da Alesp. Em 2006, foi reeleito com 84.560 votos.



Jonas Donizette – PSB

Jonas Donizette Ferreira nasceu em Monte Belo (MG), em 1965, e mudou-se para Campinas em 1969, onde reside com a família. Estudou jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de Campinas e há 18 anos atua como radialista na cidade. Iniciou-se na política em 1992, como vereador. Em 1996 e 2000 reelegeu-se vereador, com a

maior votação da cidade (cerca de 20 mil votos), afirma. Este é seu primeiro mandato de deputado, tendo obtido 39.095 votos. Só tomou posse em outubro de 2003, no lugar de Adilson Rossi, por decisão do TRE. Presidiu a Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia na Alesp. Em 2006, foi reeleito com 89.374 votos.



Jorge Caruso – PMDB

Jorge Caruso nasceu em São Paulo em 1966. É advogado militante formado pela PUC-SP. Durante cinco anos foi orientador do Escritório Experimental da OAB de Santo Amaro. Filiou-se cedo ao PMDB, pelo qual elegeu-se deputado estadual em 1998, com 51.250 votos. Em 2002, foi reeleito com 80.502 votos. Foi líder do partido na

Alesp de 2001 a 2005. Atualmente é o 1º vice-presidente da Casa. Os seguintes projetos e ações tiveram destaque em suas atividades parlamentares: a instituição da obrigatoriedade de as multas por equipamentos eletrônicos serem acompanhadas da foto do veículo e a alteração parcial da legislação de mananciais, permitindo regularização de imóveis, entre outras. Em 2006, foi reeleito com 81.810 votos.



José Bittencourt – PDT

José Domingos Bittencourt preside há 14 anos a Assembléia de Deus de Utinga, em Santo André. É advogado, conferencista e professor de teologia e direito constitucional. Preside o Instituto Teológico Betel do ABCD. É 2º secretário da Convenção Regional dos Ministros Evangélicos das Assembléias de Deus no Estado de São Paulo

(Cormesp) e consultor bíblico e jurídico do Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB). Eleito deputado em 2002, tem entre suas metas defender o meio ambiente e o consumidor, as causas da Justiça e as prerrogativas constitucionais do ministro evangélico. Presidiu a Comissão de Legislação Participativa. Em 2006, foi reeleito com 41.510 votos.



José Zico Prado – PT

José Zico Prado está exercendo seu quarto mandato de deputado. Foi líder da bancada do PT em 2000 e 2001 e hoje integra as Comissões de Agricultura e Pecuária (da qual já foi presidente) e de Transportes e Comunicações da Alesp. Entre as leis de sua autoria, destaca-se a que prevê meia-entrada em eventos culturais para professores da rede pública estadual. Continuar o trabalho de fortalecer o PT no interior e realizar as mudanças de que o Estado necessita são as metas deste seu novo mandato. Em 2006, foi reeleito com 76.708 votos.



Luis Carlos Gondim – PPS

Nascido no Ceará, Gondim é médico ginecologista e foi vereador em Mogi das Cruzes por mais de dez anos. Na legislatura 1999-2002, foi o único representante do PV na Alesp. Participou das CPLs dos Precatórios Ambientais e dos Pedágios. Conta que há anos desenvolve trabalho com equipes de agentes comunitários junto à população carente, prestando orientação sobre temas ligados à saúde, meio ambiente, esportes e combate às drogas. É autor, entre outras, da lei que proíbe a utilização de alimentos transgênicos na merenda escolar das escolas estaduais. Em 2006, foi reeleito com 70.403 votos.



Maria Lúcia Amary – PSDB

Nascida em Santos, Maria Lúcia Cardoso Pinto Amary é advogada com mestrado em direito administrativo e especialização em direito empresarial. Desde 1992 é filiada ao PSDB. Presidiu o Fundo Social de Solidariedade de Sorocaba. Em 1997, coordenou a campanha “Mulheres sem Medo do Poder”. Preside o Secretariado Estadual das Mulheres Tucanas. Em 2002, elegeu-se deputada estadual, a primeira mulher na história de Sorocaba. Obteve 75.456 votos. Na Alesp, entre

outras ações, apresentou substitutivo que determina a devolução do pagamento do IPVA a proprietários cujos veículos tenham sido roubados. Em 2006, foi reeleita com 117.212 votos.



Maria Lúcia Prandi – PT

Maria Lúcia Prandi está em seu terceiro mandato. É educadora e iniciou a militância na Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), lutando por uma escola pública de qualidade. Foi secretária da Educação de Santos na administração de Telma de Souza e a primeira mulher a presidir a Câmara de

Vereadores da cidade. Pela segunda vez consecutiva, é a deputada estadual mais votada da Baixada Santista e Litoral, afirma. O Movimento Voto Consciente classificou-a entre os 11 deputados mais atuantes da Casa. Foi 3ª secretária da Alesp no biênio 2003-2005. Em 2006, foi reeleita com 55.736 votos.



Mário Reali – PT

Mário Reali é arquiteto e urbanista e mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU-USP). No início dos anos 80, integrou a cooperativa de arquitetos Galpão, símbolo de sua geração. Foi secretário no primeiro governo do prefeito de Diadema, José de Filippi, e secretário de Obras da prefeita Maria Inês, em Ribeirão Pi-

res. Em 2001 e 2002, foi presidente da Companhia de Saneamento de Diadema. Em sua trajetória política, coordenou programas de pavimentação, drenagem, iluminação pública e urbanização de favelas e construções de conjuntos habitacionais, escolas e postos de saúde. Em 2006, foi reeleito com 98.694 votos.



Mauro Bragato – PSDB

Sociólogo formado pela Unesp, Mauro Bragato foi deputado estadual por cinco legislaturas, de 1979 a 1996. Elegeu-se deputado pela primeira vez aos 22 anos. Em 1996, foi eleito prefeito de Presidente Prudente. Recebeu por duas vezes o Prêmio Prefeito Criança da Unicef/Abrinq. Foi quatro vezes presidente da União dos Municípios do

Pontal do Paranapanema. Em 2002, candidatou-se a novo mandato de deputado, ficando com a 2ª suplência da coligação. Em maio de 2004, assumiu a Secretaria da Habitação do Estado. Em janeiro de 2005, tomou posse para exercer seu sexto mandato de deputado. É presidente da Comissão de Relações do Trabalho na Alesp. Em 2006, foi reeleito com 110.146 votos.



Orlando Morando – PSDB

Nascido em São Bernardo do Campo, Orlando Morando Júnior, 30 anos, é formado em administração de empresas e é bacharel em direito. Com apenas 21 anos, ocupou uma cadeira no Legislativo municipal. Foi vereador por dois mandatos. Em 2002, elegeu-se deputado estadual. Em 2004, foi um dos coordenadores da campanha do prefeito

reeleito de São Bernardo do Campo. É vice-presidente da Associação Paulista de Supermercadistas (Apas) e atua no comércio varejista do Estado. É vice-líder do Governo na Casa. Em 2006, foi reeleito com 120.771 votos.



Pedro Tobias – PSDB

Um dos fundadores da organização Médicos sem Fronteiras, Pedro Tobias nasceu no Líbano, formou-se em medicina na França e concluiu seu mestrado na Unesp. Cumpriu dois mandatos de vereador em Bauru, cidade aonde chegou em 1979. Hoje trabalha como mastologista. Em 1998, foi eleito deputado estadual pela primeira vez, com

cerca de 44 mil votos. Em 2002, reelegeu-se com quase 124 mil. Tem se destacado na área da saúde, entre cujas ações cita a retomada das obras do Hospital Regional de Bauru, com 450 leitos, e a viabilização do setor de obras para a educação, como reformas e ampliações de escolas. Em 2006, foi reeleito com 228.325 votos.



Rafael Silva – PDT

Rafael Silva perdeu totalmente a visão em 1986. Está exercendo seu terceiro mandato de deputado estadual. Antes de ingressar na Alesp, foi vereador durante oito anos em Ribeirão Preto. É autor da lei que obriga o governo do Estado a destinar 7% de casas ou apartamentos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São

Paulo (CDHU) para portadores de deficiência ou seus familiares. Apresentou projeto de lei que propõe tornar obrigatória a reserva de no mínimo 5% de vagas em concursos públicos para pessoas portadoras de deficiência. Em 2006, foi reeleito com 68.092 votos.



Roberto Engler – PSDB

Roberto Engler é professor da USP e da Unesp, com mestrado e doutorado em matemática. Foi funcionário do Banco do Brasil por 11 anos. Iniciou sua vida política como vereador em Franca, tendo sido eleito presidente da Câmara Municipal. Fundou o PSDB em várias cidades. Eleito deputado estadual pela primeira vez em 1990, exerceu a liderança do partido na Alesp em 1991, 1999, 2000 e 2001.

Foi relator dos projetos que tratam da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Orçamento do Estado em 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004. Está em seu quarto mandato. Em 2006, foi reeleito com 77.486 votos.



Roberto Felício – PT

Morador de Piracicaba, o professor Roberto Felício iniciou sua militância sindical na greve dos professores de 1978. A partir de 1985, integrou a diretoria da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), da qual foi presidente por duas gestões, em 1993 e 1999. Presidiu a Confederação Nacional dos

Trabalhadores em Educação (CNTE) por dois mandatos, de 1989 a 1993. Foi um dos fundadores da CUT. É membro da Direção Executiva do PT no Estado. Como deputado, tem focado sua luta em projetos voltados à melhoria da educação e dos serviços públicos. Em 2006, foi reeleito com 59.227 votos.



Roberto Moraes – PPS

Roberto Moraes iniciou seu primeiro mandato como deputado em 1999, com atuação no âmbito das políticas públicas. Em seu segundo ano de mandato, assumiu o cargo de 3º secretário da Alesp. Foi presidente da Comissão de Assuntos Municipais e vice-líder da bancada de seu partido. Nas eleições de 2002, foi reeleito com 97.372 votos. Afirma

que vem mantendo sua bandeira nas políticas públicas, dedicando-se ainda a questões atuais, como a instituição de entidades regionais, com base em teorias de planejamento estratégico e desenvolvimento sustentável. Em 2006, foi reeleito com 82.487 votos.



Rodolfo Costa e Silva – PSDB

Rodolfo Costa e Silva é engenheiro civil sanitaria pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e advogado pela Faculdade de Direito da USP. Em 1998, elegeu-se deputado pela primeira vez, com 46.988 votos. Foi reeleito em 2002 com 81.576 votos de 434 municípios. Foi coordenador do grupo Recursos Naturais e Meio Ambiente do Fórum São Paulo Século XXI. Presidiu a Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Alesp.

Atualmente preside a Comissão de Fiscalização e Controle. Considera-se referência para questões de saneamento, recursos hídricos e meio ambiente. Tem forte atuação em Apiaí, Itapeva, Adamantina, Tupã, Presidente Prudente, Assis, Lins, Jales e Grande São Paulo. Em 2006, foi reeleito com 92.382 votos.



Rodrigo Garcia – PFL

Advogado e corretor de imóveis, Rodrigo Garcia nasceu em Tanabi. É diretor de várias empresas privadas. É o 1º secretário do PFL no Estado. Foi chefe de gabinete da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de São Paulo, secretário-adjunto da Agricultura e Abastecimento do Estado e membro do Conselho de Administração da Codasp (Companhia de

Desenvolvimento Agrícola de São Paulo), além de assistente técnico da Câmara dos Deputados, em Brasília. Elegeu-se deputado pela primeira vez em 1998. Presidiu a Comissão de Transportes e Comunicações e foi líder do PFL na Casa. É o atual presidente do Parlamento paulista. Em 2006, foi reeleito com 196.824 votos.



Rogério Nogueira – PDT

Com uma carreira iniciada em 1983, aos 14 anos de idade, o indaiatubano Rogério Nogueira foi piloto profissional de *motocross*. Conquistou por duas vezes a Copa das Federações e um título latino-americano e foi diversas vezes campeão paulista e brasileiro de *motocross* e *supercross*. Afirmar que esse prestígio contribuiu para a instalação, em

Indaiatuba, em 1998, do Centro Educacional Honda, que, além de ter uma moderna pista de *motocross*, realiza cursos de pilotagem. Em 2002, depois de abandonar a profissão de piloto, elegeu-se deputado estadual, carreira que vem encarando como mais um desafio. É o líder do PDT na Casa. Em 2006, foi reeleito com 117.298 votos.



Roque Barbieri – PSDB

Advogado e professor de educação física, Roque Barbieri foi vereador em Birigüi de 1983 a 1988, ano em que se elegeram vice-prefeito da cidade. Está cumprindo seu quarto mandato consecutivo de deputado estadual. Foi 3º secretário da Alesp nos biênios 1997-99 e 1999-2001 e 1º vice-presidente no biênio 2003-2005. É autor da lei que insere no currículo escolar público o ensino de noções básicas de prevenção e combate ao uso indevido de drogas, da que torna obrigatório o sorteio entre os inscritos das casas financiadas pela CDHU e da que regulamenta a doação de órgãos para transplante no Estado, pela CDHU e da que regulamenta a doação de órgãos para transplante no Estado. Em 2006, foi reeleito com 96.597 votos.



Said Mourad – PSC

Said Mourad é engenheiro civil pós-graduado em administração de empresas. Nascido em São Paulo, começou a trabalhar ainda jovem. Foi garçom e representante de vendas no setor de produtos alimentícios, calçados e móveis. Atuou na área de importação e exportação. Como administrador, dirigiu empresas de pequeno e médio portes. Participou de diversas atividades comunitárias. Afirmar que sempre se sentiu motivado a apresentar idéias e projetos voltados para o bem-estar da população. Este é seu primeiro mandato de deputado. É o líder do PSC na Casa. Em 2006, foi reeleito com 34.020 votos.



Sebastião Almeida – PT

Sebastião Almeida é filiado ao PT desde os anos 80. Na década de 90 foi responsável pela recuperação do Sindicato dos Servidores Municipais de Guarulhos, que estava sob intervenção. Como dirigente da entidade, foi um dos líderes do movimento “Fora Néfi”, que levou à prisão e à cassação do então prefeito de Guarulhos, Néfi Tales, e de vereadores

acusados de corrupção. Eleito vereador, assumiu, com a vitória petista para a Prefeitura em 2001, a direção do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Este é seu primeiro mandato de deputado. Presidiu a Comissão de Fiscalização e Controle e a Comissão do Defesa do Meio Ambiente da Alesp. Em 2006, foi reeleito com 89.399 votos.



Sidney Beraldo – PSDB

Sidney Beraldo é empresário do setor têxtil. Foi vereador (1977-82) e prefeito (1983-88) de São João da Boa Vista pelo então MDB. Em 1989, filiou-se ao PSDB. Elegeu-se em 2002 para seu terceiro mandato de deputado estadual com 81.328 votos. Foi 1º vice-presidente da Alesp e líder da bancada do PSDB. Foi o presidente da Casa

no biênio de 2003 a 2005, eleito por unanimidade de votos. Como presidente, promoveu o Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado, para debater a retomada do desenvolvimento econômico no Estado, e a formulação do IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. Atualmente preside a Comissão de Economia e Planejamento da Alesp. Em 2006, foi reeleito com 136.826 votos.



Simão Pedro – PT

Simão Pedro é professor universitário e mestre em sociologia política pela PUC-SP. É militante das Comunidades Eclesiais de Base e dos movimentos sociais. Participou da fundação do PT e é membro de sua Executiva estadual. Participou das gestões do PT nas cidades de São Paulo e Franco da Rocha. Foi chefe de gabinete do então deputado estadual Paulo Teixeira por dois mandatos (de 1995 a 2000). Este é seu primeiro mandato de deputado. Presidiu a Comissão de Serviços e Obras Públicas da Alesp. Em 2006, foi reeleito com 104.339 votos.



Valdomiro Lopes – PSB

Valdomiro Lopes é médico fisiatra. Está exercendo seu segundo mandato de deputado, para o qual foi eleito com cerca de 85 mil votos. Em 1998 e 2002 foi o candidato a deputado estadual mais votado de São José do Rio Preto, afirma. Conta que já havia sido o vereador mais votado da cidade por três eleições consecutivas. Foi líder do PSB na Alesp. É

autor da Lei do lamspe, que permite incluir pais de servidores municipais no convênio médico do lamspe, e da lei que instituiu o Programa Estadual de Prevenção, Tratamento, Recuperação e Reintegração do Paciente Portador da Doença do Alcoolismo. Ocupa a 2ª Vice-Presidência da Casa e preside a Comissão de Transportes e Comunicações. Em 2006, foi reeleito com 132.605 votos.



Vanderlei Siraque – PT

Em 2002, Vanderlei Siraque foi eleito para seu segundo mandato de deputado estadual. Afirma ter sido o candidato mais votado do ABC. Advogado formado pela USP e mestre em direito constitucional pela PUC-SP, Siraque coordenou o programa de segurança pública do PT para o Estado de São Paulo e participou da elaboração do projeto de segurança pública

para o Brasil do Instituto Cidadania. Ainda na mesma área, coordenou o Grupo de Trabalho Eleitoral do PT nas eleições de 2004. É autor do pedido de CPI para investigar a maquiagem dos boletins de ocorrência policial (BOs). Em 2006, foi reeleito com 55.715 votos.



Vaz de Lima – PSDB

Formado em sociologia, filosofia, pedagogia e direito, com especialização em administração pública, Vaz de Lima é agente fiscal de rendas. Presidiu o Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendos do Estado. É pastor da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil desde 1975. Em 1994, foi eleito deputado estadual pela primeira vez, com 35.745 votos. Reeleito

geu-se em 1998 com 70.889 votos, e em 2002, com 132.427. Ocupou a 1ª Vice-Presidência e a Presidência da Alesp. Foi líder do PSDB na Casa. Em 2006, foi reeleito com 142.903 votos.



Vicente Cândido – PT

Sua militância política começou nas Comunidades Eclesiais de Base, no final da década de 70. Foi presidente do diretório do PT em Campo Limpo, administrador-geral de Campo Limpo na gestão petista da prefeita Luiza Erundina e presidente do diretório municipal do PT. É um dos fundadores do Instituto Florestan Fernandes. Foi eleito vereador

em 1996 e reeleito em 2000. É autor da lei municipal de fomento ao teatro. Presidiu a CPI da Educação e foi relator da CPI do Tribunal de Contas. Atua nas áreas de cultura e esportes e em defesa do pequeno comércio. Este é seu primeiro mandato de deputado. Em 2006, foi reeleito com 81.132 votos.



Vinícius Camarinha – PSB

Vinícius Camarinha está em seu primeiro mandato de deputado estadual. Elegeu-se com cerca de 58 mil votos, aos 22 anos de idade. É o mais jovem parlamentar da atual legislatura e um dos mais jovens da história do Legislativo paulista. É bacharel em direito e pós-graduando em direito administrativo na PUC-SP. Foi vice-presidente do diretório acadêmico

da faculdade. É membro do Grupo de Entidades de Apoio ao Desenvolvimento de Marília. Em 2006, foi reeleito com 94.551 votos.



Waldir Agnello – PTB

Economista e administrador de empresas, Waldir Agnello tem 43 anos. É natural de Santos mas veio para São Paulo ainda criança. Nascido em família humilde, foi engraxate, açougueiro, balconista, feirante, copeiro e vendedor. Curvou teologia, tornou-se pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular. Em 1992 foi convidado a coordenar a implantação da

Editora Quadrangular. Escolhido pelos pastores da Igreja para pleitear o cargo de deputado estadual, foi eleito com mais de 130 mil votos distribuídos em 564 municípios. Presidiu a Comissão de Economia e Planejamento da Alesp e atualmente preside a Comissão de Saúde e Higiene. Em 2006, foi reeleito com 87.939 votos.

Os 45 deputados novos



Alex Manente – PPS

Eleito com 60.571 votos, Alex Manente é um dos deputados mais jovens da legislatura. Já em 2004, aos 25 anos, foi eleito vereador em São Bernardo do Campo. Formado em direito, em seu mandato na Câmara Municipal dessa cidade exerceu a presidência da Comissão de Fiscalização de Contratos e Convênios e da Comissão de Assun-

tos Metropolitanos. Foi também vice-presidente da Comissão de Saúde e Promoção Social e membro da Comissão de Obras e Serviços Públicos. Entre os projetos desenvolvidos no exercício da vereança, está o que permite o fechamento de ruas sem saída para o controle do acesso.



Antonio Carlos – PSDB

Natural de Jacareí, o empresário Antonio Carlos da Silva mudou-se em 1989 para Caraguatatuba, onde se elegeu vereador em 1992. Foi prefeito da cidade por dois mandatos, de 1996 a 2004. Nesse período exerceu também a presidência do Consórcio do Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte (Codivap) e da Associação dos Prefeitos das Cidades-Estâncias do Estado de São Paulo (Aprecesp). Foi diretor técnico da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). Elegeu-se deputado estadual com 94.218 votos.



Ana Perugini – PT

Formada em direito, Ana Lúcia Lippaus Perugini vai compor a bancada de deputados estaduais do Partido dos Trabalhadores, eleita com 66.878 votos. Natural de Cariacica, no Espírito Santo, exerce atualmente mandato de vereadora em Hortolândia. Ana Perugini foi uma das fundadoras do PT na cidade e presidiu o partido no biênio 1996-97.



Barros Munhoz – PSDB

O paulistano José Antônio Barros Munhoz formou-se em 1967 pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo, e atuou como advogado até 1975. Foi prefeito de Itapira de 1977 a 1982, e novamente de 1997 a 2004. Foi deputado estadual por duas legislaturas consecutivas, de 1987 até 1994. Em 2006, com 114.009 votos, ganhou seu terceiro mandato na Assembléia Legislativa. Foi também secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e ministro da Agricultura. De 2005 a 2006 exerceu o cargo de subprefeito de Santo Amaro, na cidade de São Paulo.



André Soares – PFL

André Bezerra Ribeiro Soares, 31 anos, foi eleito com 120.168 votos pelo PFL. Formado em direito pela Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, tem pós-graduação em direito penal pela mesma universidade e pelo Christ for the Nations Institute (CFNI), em Dallas, Estados Unidos. Atua como advogado na Igreja Internacional da Graça de Deus e exerce a função de diretor da Rede Internacional de Televisão (RIT).



Bispo Zé Bruno – PFL

Engenheiro formado pelo Mackenzie, José Antonio Bruno foi eleito para seu primeiro mandato como deputado estadual com 73.968 votos. Bispo primaz da Igreja Renascer, exerce atividades voltadas para os jovens. Como vice-presidente da Fundação Renascer, ajudou a desenvolver programas sociais como o Expresso da Solidariedade, que distribui refeições em regiões carentes das grandes cidades, o Gauf e o Centro

de Recuperação de Dependentes Químicos, ambos voltados para a assistência ao usuário de drogas e à família, entre outros projetos.



Bruno Covas – PSDB

O jovem de 26 anos, natural de Santos, é neto de Mario Covas e foi eleito deputado estadual com 122.312 votos. Formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP) e economista graduado pela PUC-SP, Bruno Covas é membro da Executiva do PSDB paulista e presidente estadual da Juventude do PSDB. Sob sua

responsabilidade, a JPSDB-SP promoveu eventos como o Fórum de Políticas Públicas de Juventude, realizado em 2006, em Piracicaba. Foi professor do curso de formação política da Fundação Mario Covas, onde é membro vitalício do Conselho Curador.



Carlos Giannazi – PSOL

Eleito com 50.269 votos para exercer o seu primeiro mandato de deputado estadual, Carlos Giannazi, formado em pedagogia e história e mestre em história e filosofia da educação pela USP, foi diretor de escola municipal e professor universitário, participando de movimentos em defesa da escola pública. Como vereador em São Paulo, foi presidente da CPI da

Educação e vice-presidente da CPI dos Bancos, atuando ainda nas comissões de Educação e Cultura e de Saúde. Entre os projetos que apresentou está o que limita o número de alunos por sala de aula. Na Câmara, criou o Observatório Municipal da Demanda Escolar e lançou a campanha “Criança Fora da Escola É Crime”.



Celso Giglio – PSDB

Médico, com pós-graduação em cirurgia geral e obstetrícia pela Santa Casa de Misericórdia, e formado em administração hospitalar pela Universidade de São Paulo, Celso Giglio foi eleito com 111.302 votos. Foi vereador em Osasco, presidindo a Câmara Municipal no biênio 1989-90. Também prefeito da cidade (1993-96 e 2001-2004), já exerceu os

mandatos de deputado estadual (1991-92) e federal (1999-2000). Presidiu a Associação Paulista dos Municípios (APM) de 1997 a 2006. No período de 2005-2006, ocupou a Superintendência do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe).



Chico Sardelli – PV

Natural de Americana, o empresário Francisco Antonio Sardelli é formado em administração de empresas, com especialização em Roma (Itália) e Los Angeles (Estados Unidos). Eleito pelo Partido Verde, com 45.445 votos, já exerceu dois mandatos como deputado federal (de 1999 a 2003 e, eleito suplente, assumiu mandato em abril de 2005). Foi chefe

do escritório do governo do Estado de São Paulo em Brasília no período 2003-2004.



Cido Sérgio – PT

Natural de Bento de Abreu, Aparecido Sérgio da Silva cumprirá seu primeiro mandato como deputado estadual, eleito com 63.021 votos. Começou sua militância em Araçatuba no final dos anos 1970, atuando em movimentos sociais de moradia e como vice-presidente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos. No Banespa, integrou o Conselho de Representação e Participação dos funcionários (Corep) do banco e a diretoria da Federação Estadual dos Bancários da CUT (Fetec-SP). Está em sua segunda gestão na presidência da Associação dos Funcionários do Grupo Santander Banespa, Banesprev e Cabesp (Afubesp).



Dárcy Vera – PFL

Eleita com 140.702 votos, Dárcy Vera já foi doméstica, babá, vendedora de painéis em domicílio, radialista, jornalista e quatro vezes vereadora pelo PFL de Ribeirão Preto. Filha de trabalhadores rurais, cursou a faculdade de jornalismo e trabalhou nas principais emissoras de rádio e TV da região. Foi apontada como uma das melhores vereadoras do país por sua atuação parlamentar e na área social, recebendo o prêmio do Ins-

tituto Avançado de Desenvolvimento, Projetos e Pesquisa. Dárcy Vera fundou e foi a primeira presidente da Organização Maria Otília Neix, que atende cerca de 2 mil pessoas por dia em programas de assistência e profissionalizantes.



David Zaia – PPS

Eleito com 54.799, David Zaia nasceu em Cordeirópolis e se formou em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Foi militante estudantil e ativista em defesa da cidadania. Ingressou no Banco Nossa Caixa em 1976 e desde 2002 representa os funcionários no Conselho de Administração da instituição. Por três vezes foi presidente do Sindicato

dos Bancários de Campinas e Região. É também presidente da Federação dos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul, que reúne 25 sindicatos e cerca de 40 mil bancários nos dois estados. Atualmente é vice-presidente da Central Autônoma dos Trabalhadores.



Ed Thomas – PMDB

Edson Tomazini é radialista há mais de 25 anos. Conhecido como Ed Thomas, mantém programa diário que alcança cerca de 40 municípios da região de Presidente Prudente. Candidato a vereador nessa cidade, elegeu-se para o período 2000-2004 com a terceira maior votação, obtendo novo mandato para a legislatura de 2005-2008, desta vez

como o mais votado dos 13 vereadores e mais de 150 candidatos. É presidente da Câmara Municipal de Presidente Prudente. Elegeu-se deputado estadual com 48.609 votos.



Edson Giriboni – PV

Eleito com 47.968 votos, Edson de Oliveira Giriboni nasceu em Itapetininga. Coursou a Faculdade de Engenharia Civil da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e administração de empresas na Associação de Ensino de Itapetininga. Trabalhou como engenheiro ferroviário na Ferrovia Paulista S/A (Fepasa) entre 1977 e 1999. Presidiu a

Associação dos Engenheiros da Região de Itapetininga, foi vice-prefeito desse município em dois mandatos (1988-92 e 2000-2004), além de primeiro suplente de deputado estadual na atual legislatura.



Estevam Galvão – PFL

Deputado estadual de 1995 a 1998, Estevam Galvão de Oliveira volta ao Parlamento paulista para a próxima legislatura, eleito com 94.099 votos. Com carreira pública que conta mais de 30 anos – começou como vereador –, foi prefeito de Suzano por quatro mandatos, sendo escolhido o prefeito mais popular do Estado em 1999, pela revista *Isto É*. Exerceu também

mandato de deputado federal (1983-87). Na Assembléia Legislativa de São Paulo, foi relator do projeto da Lei Orçamentária estadual na gestão do governador Mario Covas e líder da bancada do PFL. Entre 2005 e 2006, foi subprefeito da região de Guianases, na capital.



Feliciano – PV

Graduado em economia, fundador e presidente da União Protetora dos Animais (UPA), entidade que atua há mais de cinco anos, Feliciano Nahimy Filho foi eleito em 2004 para o mandato de vereador em Campinas. Em 2006, elegeu-se deputado estadual com 43.643 votos, pelo Partido Verde. Atua na área de defesa animal, junto a cidades e organizações não

governamentais. Sua plataforma política se baseia na instituição de políticas públicas corretas para a problemática dos animais em todo o Estado de São Paulo.



Fernando Capez – PSDB

Fernando Capez nasceu 1964, em São Paulo (SP). Bacharel em direito formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), é mestre em direito penal por essa instituição. É promotor de Justiça do Ministério Público. Preside o Instituto Fernando Capez de Ensino Jurídico. Professor do Complexo Jurídico Damásio de Jesus e diretor do curso de direito da Uniban, é autor de mais de 20 obras jurídicas.

Ficou conhecido por sua luta para acabar com as torcidas organizadas de futebol. Em 2006, elegeu-se deputado com 95.100 votos.



Gil Arantes – PFL

Gil Arantes nasceu em Barueri, ingressando na vida pública em 1985, como diretor de Esportes da prefeitura dessa cidade. Quatro anos mais tarde assumiu a Secretaria de Obras, e elegeu-se prefeito em 1996 e 2000. No exercício do mandato, municipalizou integralmente o ensino fundamental, construiu o Centro de Aperfeiçoamento de Professores e mais 17 escolas, além de implantar programas nas áreas habitacional e de segurança, entre outras. Obteve o reconhecimento da Fundação Abrinq como Prefeito Amigo da Criança. Elegeu-se deputado estadual com 149.642 votos.

capacitação profissional. É coordenadora do grupo de mulheres do PDT da Baixada Santista. Elegeu-se com 66.981 votos.



João Barbosa – PFL

Eleito com 77.650 votos, João Barbosa de Carvalho nasceu em Flórida Paulista, interior de São Paulo. Metalúrgico, trabalhou como profissional técnico em empresas do setor durante 15 anos. Como pastor evangélico, trabalha na Associação Beneficente Cristã; no trabalho de evangelização e ressociação da Igreja Universal do Reino de Deus, junto a internos das penitenciárias e presídios do Estado de São Paulo; e no Projeto Ler e Escrever, de alfabetização. Atua nas regiões de Votuporanga, Araçatuba, Franca, Barretos, Ribeirão Preto, Bauru e Araraquara e na zona leste da capital.



Gilmaci Santos – PL

Eleito deputado estadual para seu primeiro mandato com 65.188 votos, Gilmaci dos Santos Barbosa nasceu em Dourados, MS, e mudou-se para São Paulo aos 11 anos. No campo profissional, especializou-se no comércio varejista. Sua trajetória pública teve início em 1987, com trabalhos de apoio às comunidades carentes, sobretudo no eixo oeste da região metropolitana paulista, em ações focadas na valorização da juventude, recuperação de viciados e orientação a famílias socialmente desestabilizadas. Participou ainda de experiências em comunidades do interior paulista e de fora do Estado.



João Mellão Neto – PFL

Paulistano, o jornalista João Mellão Neto foi eleito pelo PFL, com 79.903 votos. Sua carreira política começou na Juventude Janista. Em 1985, foi secretário de Coordenação Governamental do prefeito Jânio Quadros e, em 1993, secretário municipal de Habitação e Desenvolvimento na gestão de Paulo Maluf. Elegeu-se deputado federal em 1990 e obteve novo mandato em 1994. Em 1992 foi ministro do Trabalho e da Administração. Em 2004, atuou como secretário de Estado da Comunicação. É editorialista do jornal *O Estado de S. Paulo* e comentarista de economia e política na TV Record e na rádio Jovem Pan.



Haifa Madi – PDT

Filha de imigrantes libaneses, Haifa Ali Abdul Rahim Madi nasceu em Guarujá. Voluntária do Fundo Social de Solidariedade de Guarujá, Haifa Madi participou ativamente das campanhas políticas de seu marido, Farid Madi, atual prefeito dessa cidade. Como presidente do Fundo Social de Solidariedade, de janeiro de 2004 a março de 2006, atuou em projetos de geração de renda, por intermédio da



José Candido – PT

Eleito pelo PT com 58.932 votos, José Candido iniciou a vida política aos 19 anos, quando liderou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Oriente e região. Formado no curso de torneiro mecânico, participou da fundação, em Suzano, da Comunidade Católica e da construção do Centro Comunitário da Sociedade Amigos de Bairro. Foi presidente

nacional da Comunidade Kolping e ministro da Palavra e Eucaristia na Igreja Católica. Foi vereador pelo PT na cidade por três mandatos consecutivos. Em 2001, assumiu a coordenação, por cinco anos, da Macrorregião das Cidades do Alto Tietê.



José Augusto – PSDB

José Augusto da Silva Ramos, pernambucano, em São Paulo há mais de 30 anos, é médico com especialização em medicina preventiva e saúde pública. Iniciou sua carreira no movimento estudantil (em Pernambuco) e de saúde (zona leste de São Paulo). Contribuiu na formulação do SUS. Foi secretário de Saúde (1983-88) e prefeito de Diadema (1989-

92), deputado federal (1995-98), deputado estadual (1999-2002), coordenador da Secretaria de Agricultura (2003-2004) e subprefeito de Capela do Socorro (2005-2006). Para a legislatura que se inicia em 2007, recebeu 74.638 votos.



Lelis Trajano – PSC

Nascido na capital paulista, Lelis José Trajano foi eleito pelo PSC com 29.515 votos. Pastor superintendente das Igrejas Comunhão Plena, tem participado das atividades da igreja desde sua fundação, em 1999. Com 27 anos, é também diretor geral da Rádio Musical FM 105,7 e da Full Life Gravadora.



Luciano Batista – PSB

Eleito deputado estadual com 49.653 votos, Luciano Batista atualmente é vereador em São Vicente, cuja Câmara Municipal presidiu no biênio 2001-2002, tendo sido reeleito para o período de 2003-2004. No primeiro ano de presidência conseguiu devolver aos cofres públicos mais de 25% do orçamento da Câmara, apenas com medidas de economia. Atua na área esportiva desde 1990, com a realização de campeonatos de *surf*, *skate*, futebol de salão, vôlei, futebol *society* etc.



Marcos Zerbini – PSDB

Advogado formado pela Universidade de São Paulo, Marcos Zerbini trabalha com movimentos populares desde 1980, em especial nos setores de habitação, educação e saúde. Em 2000 foi eleito vereador da cidade de São Paulo pelo PSDB, com 30.748 votos, reelegendo-se em 2004, com 41.488 votos. Em 2006, habilitou-se ao exercício do mandato de deputado estadual e teve 94.082 votos. Tem como principal base eleitoral as regiões norte e oeste da capital e da Grande São Paulo. É o atual líder do PSDB na Câmara Municipal de São Paulo.



Major Olímpio – PV

Sérgio Olímpio Gomes, paulista de Presidente Venceslau, é presidente da Associação Paulista dos Oficiais da Polícia Militar e diretor da Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Como oficial, exerceu suas funções por 29 anos. É bacharel em ciências jurídicas e sociais, jornalista, professor de educação física, técnico em de-

fesa pessoal, instrutor de tiro e autor de livros voltados para a questão da segurança. Foi candidato a deputado federal em 2002 e a vereador da cidade de São Paulo em 2004, sendo, em ambos os pleitos, primeiro suplente de sua legenda. Em 2006, foi eleito deputado estadual com 52.386 votos.



Marcos Martins – PT

Marcos Martins foi eleito deputado estadual com 71.474 votos. É administrador de empresas e vice-presidente da Câmara Municipal de Osasco. É vereador pelo quinto mandato consecutivo e um dos fundadores do PT na cidade. Atua no movimento sindical há 30 anos e foi um dos fundadores da Regional de Osasco do Sindicato dos

Bancários de São Paulo, da qual se tornou coordenador em 1979. Em sua atuação parlamentar no âmbito municipal, é autor de leis como as de zoonoses, do banimento do amianto, da agricultura urbana, do gás, entre outras.



Mozart Russomano – PP

Nascido em São Paulo, Mozart Abaeté Peruíbe Russomanno foi eleito com 71.952 votos. Empresário há 19 anos, iniciou suas atividades no ramo atacadista de distribuição de bebidas em São Paulo, Litoral Norte e Vale do Paraíba. Foi técnico de transportes na Cia. do Metropolitano de São Paulo (Metrô). Presidiu a Associação de Quiosques, Similares e Representantes de Praia (AQS) e fundou a Associação dos Taxistas e a Associação de Músicos de Caragatatuba. É coordenador regional do Partido Progressista no Vale do Paraíba, Região Serrana e Litoral Norte de São Paulo e representante regional do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec).



Milton Leite – PFL

Filho do vereador Milton Leite, de São Paulo, é natural de Itapeperica da Serra e tem 28 anos. É empresário e estudante de direito. Possui base eleitoral na capital. Elegeu-se com 70.629 votos, pelo PFL.



Otoniel Lima – PL

Vereador por dois mandatos consecutivos em Limeira, assume o mandato de deputado estadual com 60.358 votos. Sua trajetória engloba mais de uma década de atuação na vida pública. Ocupou a Mesa Diretora da Câmara Municipal como 2º secretário, no biênio 2003-2004, assumindo posteriormente a Corregedoria do Legislativo. Atualmente ocupa a vice-presidência da Comissão de Finanças, Contabilidade, Controle e Fiscalização, órgão incumbido de acompanhar as ações do Executivo. É autor de mais de 20 projetos de lei priorizando as áreas da segurança pública e saúde.



Paulo Alexandre Barbosa – PSDB

Deputado estadual eleito pelo PSDB, Paulo Alexandre Barbosa, 27 anos, advogado e ex-secretário adjunto de Estado da Educação, nasceu em Santos, no litoral paulista. Eleito com 182.654 votos, foi o quinto deputado estadual mais votado e o segundo com o maior número de sufrágios do PSDB na Assembléia Legislativa. O ingresso na vida pública foi em 2001, no governo Geraldo Alckmin. No período em que permaneceu na Secretaria da Educação, implantou e coordenou o programa Escola da Família. A iniciativa permite a abertura de todas as escolas estaduais aos finais de semana, transformando-as em centros de convivência, e concede a quase 50 mil jovens bolsas universitárias totalmente gratuitas. O programa foi premiado pelas Nações Unidas.



Patrícia Freitas – Prona

Tem 29 anos e é natural da capital paulista. Eleita com 77.351 votos, é diplomada em direito pela Universidade Bandeirantes (Uniban) e, desde 1997, pertence aos quadros do Prona, tendo exercido as funções de membro da Diretoria do Prona de São Paulo, secretária-geral e membro do Diretório Nacional do partido. Em 2006 foi indicada pelo deputado federal Enéas Carneiro para representar suas idéias na Assembléia Legislativa de São Paulo.



Raul Marcelo – PSOL

Iniciou sua militância política na Juventude Operária Católica (JOC), filiando-se ao PT aos 16 anos de idade. Participou ativamente no movimento estudantil, sendo um dos fundadores do Movimento Olho Vivo. Na eleição de 2000, foi eleito vereador em Sorocaba, aos 21 anos de idade, reelegendo-se em 2004 como o vereador mais votado de todos os tempos no município. No final de 2005, Raul Marcelo de Souza deixou o PT e

filiou-se ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), sendo eleito deputado estadual em 2006 com 35.670 votos, aos 27 anos.



Reinaldo Alguz – PV

Engenheiro agrônomo e empresário na cidade de Dracena, é pregador e líder católico. Em 1997, assumiu a coordenação do movimento da Renovação Carismática Católica na diocese de Marília. Em dezembro de 1996, fundou a Sociedade Irmãos da Misericórdia (SIM), presente em várias cidades do Brasil. Desenvolve inúmeros projetos religiosos e sociais, tendo em vista

as dimensões ética, política, religiosa, econômica, artística e científica. Elegeu-se deputado com 47.192 votos.



Roberto Massafera – PSDB

Engenheiro civil formado pela Escola de Engenharia da USP de São Carlos, com cursos de pós-graduação em planejamento urbano (EESC-USP), especialização em administração pública (Unesp-Araraquara) e MBA em gerenciamento de empreendimentos (Poli-USP). Foi prefeito de Araraquara (1993-96). Foi eleito deputado estadual com 72.205 votos,

pela região central do Estado.



Ricardo Montoro – PSDB

Paulistano e economista formado pela USP, é empresário na área de restaurantes e integrante da executiva municipal do PSDB da capital. Foi secretário particular do governador Franco Montoro, de quem é filho, de 1983 a 1987, e diretor do Departamento de Apoio às Estâncias na gestão do governador Mário Covas. Em 2000, elegeu-se vereador pela primeira vez na capital, sendo reeleito em 2004. Foi eleito o melhor vereador de oposição pela ONG Voto Consciente. Na Câmara Municipal, apresentou 88 projetos, dos quais 29 são leis. Em 2006, foi eleito deputado estadual com 81.181 votos.



Rui Falcão – PT

Jornalista e advogado, foi eleito com 183.364 votos, para seu terceiro mandato como deputado do PT. O primeiro mandato no Parlamento paulista ocorreu de 1990 a 1994 e o segundo de 1995 a 1999. Exerceu a liderança do partido em 1995. Foi eleito deputado federal em 1999. Em janeiro de 2001, licenciou-se do mandato para assumir o cargo de secretário de Governo da cidade de São Paulo, na gestão da prefeita Marta Suplicy.



Rita Passos – PV

Formada em pedagogia e empresária do ramo de franquias, foi eleita deputada estadual em 2006 com 76.841 votos. Atualmente preside o PV de Itu, tendo sido presidente do Fundo Social de Solidariedade do município. Durante sua gestão, criou o Centro de Capacitação Profissional, no qual implantou 29 cursos de treinamento profissional, todos gratuitos, implantou o Centro de Convivência Dia



Samuel Moreira – PSDB

Engenheiro civil formado pela Universidade Santa Cecília, em Santos, começou a vida política no movimento estudantil. Em 1985 iniciou a carreira profissional como engenheiro na Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (Sudelpa). Em 1987, ingressou na Sabesp. Em 1996, foi presidente da Associação Brasileira de Engenharia

Sanitária e Ambiental (Abes) e vice-presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul. Foi eleito prefeito de Registro em 1996. Em janeiro de 2005, foi nomeado subprefeito de São Miguel e, em 2006, com 109.225 votos, foi eleito deputado estadual pelo Vale do Ribeira.



Uebe Rezeck – PMDB

Natural de Colina, Uebe Rezeck, 70 anos, formou-se médico em 1962, pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Em Barretos, em 1969, fundou o hospital São Jorge. Foi vice-prefeito da cidade de 1969 a 1973. Foi secretário estadual dos Negócios do Interior e secretário-adjunto do Ministério da Indústria e do Comércio.

Elegeu-se deputado estadual em 1990 e em 1994. Foi prefeito de Barretos de 1983 a 1987, de 1996 a 2000 e de 2000 a 2004. Com 52.587 votos foi eleito, em 2006, deputado estadual pelo PMDB.



Vanessa Damo – PV

Filha do prefeito de Mauá, Leonel Damo, concorreu em 2004 ao cargo de vereadora na cidade, elegendo-se com 6.020 votos. Os projetos apresentados na Câmara Municipal demonstraram sua preocupação com as pessoas mais carentes de diversos segmentos da sociedade, como os jovens, as mulheres e os idosos. Apesar de muito jovem, aos 25

anos Vanessa está bem atendida com os problemas sociais. Após inúmeras visitas aos bairros, decidiu concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa, elegendo-se pelo PV com 64.579 votos.



Vitor Sapienza – PPS

Vitor Sapienza é formado em economia e ciências contábeis pela PUC de São Paulo. Em 1962, ingressou na carreira de agente fiscal de rendas do Estado. Foi delegado regional tributário da Grande São Paulo (1971-77 e 1983-86) e conselheiro, presidente e secretário da Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo

(1985-88). É deputado desde 1987. Presidiu a Alesp no biênio 1993-95. Foi governador interino do Estado em 1994 e líder do PPS de 1999 a 2001. Em 2006, elegeu-se deputado pela sexta vez, com 64.918 votos.

Os próximos quatro anos

Os textos das páginas seguintes trazem opiniões dos partidos com representação na Assembléia sobre o cenário político paulista para os próximos quatro anos. São 14 textos de lideranças de bancada e 1 texto da Liderança do Governo.





Juventude e educação

Deputado Vinícius Camarinha



Vinícius Camarinha é o líder do PSB na Assembléia Legislativa

É com mais experiência que iniciamos o mandato na 16ª legislatura paulista, período que, esperamos, seja de muito trabalho, entendimento e parcerias. Parte da Assembléia Legislativa foi renovada: dos 94 deputados, 45 estarão estreando, representando uma renovação de 47,9%. A chegada de novos companheiros e a continuidade da maioria dos deputados deverão incrementar o início dos trabalhos, com a troca de experiências e ideologias. Não podemos esquecer de saudar a bancada feminina, com o mesmo número de cadeiras da legislatura 2002-2006: são 11 deputadas estaduais.

O Legislativo paulista deverá dar suporte aos projetos do Executivo, já que o novo governador, José Serra, foi eleito com maciça vontade popular e possui larga experiência pública. Com tamanha votação e já escolhido no primeiro turno, Serra, acreditamos, fará um governo forte, com confiança e espaço para o entendimento e apoio do Legislativo. Nosso partido, o PSB, estará representado por três deputados reeleitos – Vinícius Camarinha, Valdomiro Lopes e Jonas Doni-

zette – e um eleito pela primeira vez, Luciano Batista, representando a Baixada Santista.

Entre as prioridades para os próximos quatro anos estão os investimentos na educação, com a busca de melhor remuneração para professores e funcionários, e a instalação de novas Faculdades de Tecnologia (Fatecs) no Estado, para o incremento da mão-de-obra e para facilitar o acesso dos jovens ao ensino universitário de qualidade e gratuito. Nossos hospitais, Santas Casas e entidades sociais, principalmente as que oferecem atendimento aos idosos e às crianças, também merecem atenção especial, com a destinação de recursos para a aquisição de equipamentos, leitos, medicamentos e alimentos. Vamos trabalhar também pela continuidade e realização de obras de infra-estrutura, duplicação e recuperação de rodovias, sinalização, construção de pontes e viadutos. Os projetos e desafios são grandes, mas temos a certeza de que a união de esforços, somada à vontade da população, que nos elegeu, será nossa mola propulsora na busca de melhores dias para o povo paulista. ■



Orçamento e Regimento

Deputada Ana Martins / Deputado Nivaldo Santana



Ana Martins é a líder do PCdoB na Assembléia Legislativa

A bancada do PCdoB integrou, nos últimos 12 anos, o bloco de oposição na Assembléia paulista. Atuou de forma ativa, programática, propositiva e responsável, sempre em consonância com suas bases sociais e políticas. O PCdoB defende um novo mo-

do de governar São Paulo. Considera que o Estado precisa investir, fomentar o desenvolvimento e promover a justiça social. Precisa, também, ser fiador da democracia e valorizar seus servidores.

A bancada comunista é crítica da visão neoliberal de Estado mínimo. Posiciona-se contra as privatizações, os ajustes fiscais permanentes e os cortes indiscriminados nos gastos públicos, políticas vigentes nos últimos governos paulistas.

Ao analisar a próxima legislatura, o PCdoB entende que, depois das eleições, o Brasil e o Estado de São Paulo vivem uma situação política nova. Projetos políticos distintos disputam a hegemonia e isso vai se refletir na Assembléia.

São Paulo servirá de parâmetro para a comparação de projetos. O debate central é a luta pela conjugação de políticas desenvolvimentistas com valorização do trabalho, geração de emprego e distribuição de renda.

Nesse debate, comparecem questões como o tamanho do Estado e seu papel na economia, as políticas de transferência de renda, o enfrentamento da pobreza e a definição de uma política tributária socialmente justa.

Por essa linha, deve ganhar relevo a luta pela democratização do processo de elaboração e execução do Orçamento. O Parlamento e a sociedade têm contribuição impor-

tante na definição das prioridades das diversas regiões e setores.

O debate e a votação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do próprio Orçamento são fundamentais para o Parlamento. Igualmente, a participação de prefeitos, vereadores e lideranças sociais contribui para o aperfeiçoamento de todo o processo.

Para as questões internas da Assembleia Legislativa, já passa da hora a atualização do Regimento, para adequá-lo à realidade contemporânea. As comissões permanentes precisam ser fortalecidas e as CPIs precisam funcionar regularmente. Mas a Assembleia paulista, principal Parlamento estadual do país, não pode ficar à margem dos grandes debates nacionais. A realização de seminários e audiências públicas sobre os mais diversos temas qualifica a ação dos deputados.

A voz do Parlamento paulista precisa ecoar em defesa de uma reforma política democrática, que trate de problemas cruciais, como o financiamento das campanhas, a fidelidade partidária e outras regras que garantam o pluralismo político e a liberdade partidária.

De outro lado, a Assembleia também pode contribuir, para além de suas funções constitucionais, com propostas e indicações de políticas que contribuam para superar as desigualdades sociais e regionais do nosso país.



Como caixa de ressonância da sociedade, a Assembleia Legislativa precisa criar mecanismos que garantam e aprofundem a relação com as diferentes forças políticas e sociais, dando voz e vez, principalmente, para as parcelas mais vulneráveis do povo. ■

Nivaldo Santana é membro da bancada do PCdoB na Assembleia Legislativa



A vez do interior

Deputado Rogério Nogueira



Rogério Nogueira é o líder do PDT na Assembléia Legislativa

Qualquer esforço em pensar os rumos do desenvolvimento paulista tem que partir dos resultados das eleições de outubro. E, é claro, com as diferenças entre o primeiro e o segundo turno. As bases de um cenário previsível para nosso Estado, minimamente, têm de considerar que a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva enfrentou maior resistência nos Estados do Sul e do Sudeste e em Mato Grosso do Sul. A essa geografia política podemos dar o nome de Cone Sul brasileiro.

Certamente, é de se esperar que os novos contemplados com ministérios sejam aliados do Norte e Nordeste. O purgatório estará reservado para o Cone Sul. Talvez seja mais adequado retirar Minas Gerais dessa trincheira de resistência. Minas ficou em paz, não brigou com nenhum dos dois governos, e sem ter dado nenhuma boiada para não ter que entrar na disputa eleitoral travada no segundo turno.

No campo aberto da luta pelo desenvolvimento estadual, São Paulo só será favorecido se houver um grande esforço de desenvolvimento nacional. Aí, sim, a locomotiva terá que ser alimentada com as

novas energias e combustíveis próprios da alimentação do progresso nacional.

O fato é que São Paulo dependerá de suas próprias forças, e para tanto a viagem do novo governador para os cofres internacionais indica a direção de busca de recursos e apoios para o nosso desenvolvimento. O governador José Serra conhece bem as condições de relacionamento que enfrentará. E, para não perder tempo, já tomou o caminho do possível.

Equilíbrio interno entre as forças políticas paulistas certamente haverá. O PFL continuará governando na capital o terceiro orçamento nacional. A oposição petista ao governo estadual promete ser menor – olhando apenas pelo lado das urnas. Portanto, o cenário paulista a descortinar será, necessariamente, o de fortes alianças em torno da governabilidade, sobretudo se for preterido ou vir as portas nacionais se fecharem ao seu desenvolvimento.

Nossa preocupação, como aliados no esforço de desenvolvimento paulista, será a de concentração de esforços de investimentos, encerrando a longa fase de ajuste fiscal e cho-

ques de gestão. Devemos, ainda, afastar um pequeno temor de que o ex-prefeito paulistano concentre esforços demais na realização de compromissos com a capital. Nossos compromissos serão altaneiros no esforço de descentralização estadual e na contemplação de vontades políticas múltiplas voltadas para o interior do Estado. Entendemos que o processo de desenvolvimento tem dois caminhos diferentes. Um deles, já escolhido e proclamado pelo governo federal, é o de estimular as áreas mais deprimidas economicamente como forma de expansão. A outra, a opção mais correta, é que o desenvolvimento se dê pelo transbordamento dos centros de desenvolvimento atuais.

Queremos crer que o nosso governador, economista do desenvolvimento, saberá ater-se aos ensinamentos de seus mestres, sem se aventurar em esforços de nivelar por baixo, numa ilusão de que os desequilíbrios se reduzem barrando o progresso das forças mais atuantes e modernas. Entendemos que o esforço de congregação das forças vivas paulistas passa pela sabedoria e pelo equilíbrio em governar com o interior do Estado. ■



Horizonte promissor

Deputado Edmir Chedid



Edmir Chedid é o líder do PFL na Assembléia Legislativa

Os governadores eleitos em 2006 terão papel fundamental na tarefa de transformar em realidade a expectativa de crescimento consistente.

A vitória de José Serra em primeiro turno, com votação maciça, credencia São Paulo a participar ativamente das decisões políticas e administrativas que o governo federal deverá adotar para colocar o país na rota do desenvolvimento sustentado. O caminho a percorrer, cuja meta deverá contemplar a melhoria na qualidade de vida da população, passa obrigatoriamente por uma significativa redução nas taxas de juros, alívio da carga tributária e recuperação da capacidade de investimento do Estado, sobretudo em infra-estrutura.

Os desafios que esperam pelo governador eleito José Serra não são poucos. Mas sua capacidade política, credibilidade e experiência administrativa o capacitam para enfrentar as grandes dificuldades nos dias que estão pela frente.

São muitas as áreas que exigirão do governador coragem e ousadia, características que, quem conhece

José Serra sabe, nunca lhe faltaram.

Um dos setores que carece de medidas urgentes e que talvez concentre o maior de todos os desafios da nova gestão é, sem dúvida, a segurança pública. José Serra sabe que o eleitor, na mais exata consciência das funções do cargo, confiou a ele a tarefa de reduzir a sensação de insegurança provocada pelos ataques comandados pelo crime organizado. Portanto, está perfeitamente ciente de que a segurança pública necessita de metas eficientes voltadas para o verdadeiro bem-estar da população.

Além da integração das polícias Civil e Militar, o governador paulista também acena para providências no sentido de separar os presos por grau de periculosidade nas penitenciárias; acabar com o déficit de vagas no sistema; construir mais penitenciárias de segurança máxima, bem como unidades descentralizadas da Febem. Para tanto, Serra declarou que pretende criar um sistema de compensação para os municípios que abrigarem unidades

prisionais, medida já proposta por este deputado (contrário à instalação desses estabelecimentos nas estâncias) através do Projeto de Lei 540/2006, em tramitação na Assembleia Legislativa.

O fato de o governador eleito ver com satisfação, conforme declarou à imprensa, o progresso da cooperação no setor de inteligência e informação entre os governos federal e estadual, fomentado pelo governador Cláudio Lembo, também representa um grande avanço para o enfrentamento do problema da segurança pública no Estado de São Paulo.

Na área da saúde também há muito trabalho pela frente. A dramática situação das Santas Casas e dos hospitais filantrópicos exige prioridade, com medidas eficazes de ajuda financeira a essas instituições, que hoje respondem por aproximadamente 50% dos leitos hospitalares do SUS. Do mesmo modo, é necessário ampliar o número de hospitais regionais, para que os serviços de unidades hospitalares sobrecarregadas no atendimento

possam ser descentralizados.

Outra área que cobrará do Estado ações que correspondam à expectativa da comunidade paulista é a educação. A adoção de um sistema qualificado de ensino gratuito, que ofereça maiores oportunidades para os jovens, sobretudo os oriundos das classes menos favorecidas, é uma aspiração legítima da sociedade, que não aceita mais titubeios. No ensino fundamental, é preciso promover um salto de qualidade na rede pública, de preferência com oferta de período integral. Vale destacar que o compromisso assumido em campanha, de colocar duas professoras por sala de aula no ensino fundamental, encontra respaldo popular e demonstra que o caminho ruma ao aprimoramento da educação em nosso Estado. Além dos desafios na segurança pública, saúde, educação, transportes e muitos outros que estão por vir, há problemas de caixa e dificuldades no financiamento de obras como a expansão do Metrô e o Rodoanel. Outras questões não menos espinhosas envolvem

ações voltadas para o recebimento da dívida ativa do Estado, pagamentos de precatórios e ajustes no custeio da máquina.

Entretanto, considerando que temos quatro anos pela frente e que não há dúvidas da capacidade política, do preparo e da disposição de José Serra em fazer um governo voltado ao desenvolvimento e aos setores mais carentes da população, e considerando ainda que a composição da Assembleia Legislativa aponta para um cenário bastante favorável à gestão Serra, assim como é intenção declarada do presidente Lula, cuja recíproca é verdadeira, manter a melhor relação possível com o governador paulista, a expectativa é de otimismo. Cabe a nós, deputados eleitos, desejar sucesso ao novo governador e colaborar para que os próximos quatro anos sejam firmes no sentido de aumentar a eficiência administrativa sobre as receitas e despesas do Estado, visando ao compromisso fundamental de todos nós: melhorar as condições de vida para a maioria da população. ■



Águas agitadas

Deputado Souza Santos



Souza Santos é o líder do PL na Assembléia Legislativa

A vontade manifesta nas urnas, no pleito de 2006, culminou com um cenário que, no quesito representação partidária, manteve contornos bastante semelhantes ao do

panorama atual. A maioria dos partidos inicia a nova legislatura, em São Paulo, gozando de equivalência em relação aos quadros consolidados, se não com relação à composição inicial, ao menos no que tange àquela que prevaleceu no decorrer do mandato. No Executivo, de igual modo, mantém-se tremulando a mesma bandeira de contornos ideários, num ciclo que teve início na década passada.

Apesar de tais nuances, afirmar que o próximo período da história paulista será marcado pelo continuísmo estático tende a incorrer em equívoco, haja vista as particularidades da nova composição apresentada em ambos os poderes. A Assembléia Legislativa, que reelegeu 52,1% de seus parlamentares, contará com 45 novos representantes, os quais, apesar do pragmatismo inerente às siglas pelas quais se elegeram, tendem a proporcionar consideráveis alterações no perfil do Parlamento paulista, pelo dinamismo comum às diferentes atuações de cada deputado.

Atrela-se a essa realidade o êxito que o Parlamento vem logrando no

sentido de intensificar a participação direta da população nas decisões tomadas. Exemplo disso são os esforços envidados pela Assembléia com vistas à disponibilização de ferramentas que permitam ao cidadão sugerir, contestar e acompanhar matérias em tramitação, como é o caso do projeto da Lei Orçamentária. A busca constante da aproximação entre a sociedade e o Legislativo é um legado insculpido nos anais da Casa, viabilizando o fortalecimento da democracia participativa.

O novo quadro do Executivo, por sua vez, sinaliza que vai privilegiar um diálogo mais estreito com o Legislativo, numa postura que enfatiza um relacionamento em que a interatividade suplanta o imperativismo que durante alguns períodos deste mandato foi fortemente combatido por muitos parlamentares.

Outra vertente passível de consideração tem relação com um fenômeno que atinge o âmago da organização político-partidária no país. Se, por um lado, os pleitos de 2002 e 2004 contribuíram para a

polarização entre duas agremiações – PSDB e PT –, concorrendo para uma lógica em que os demais partidos caminhavam para posicionamentos dicotômicos, por outro, os episódios que marcaram o cenário político nacional desde então ocasionaram um “vácuo político” acarretado pelo acirramento de divisões internas nessas siglas. Desse modo, apesar das polêmicas que pairam sobre o assunto, existe um pensamento comum que reconhece a tentativa de reestruturação interna por parte dos mesmos, fato que não se pode desconsiderar numa visão macro das questões políticas, sobretudo quando focamos o Estado São Paulo, administrado pelo PSDB.

Utilizando uma metáfora, podemos dizer que a nau da política paulista tende a navegar por um mar de águas agitadas nos próximos quatro anos, porém dotada de recursos para buscar manter-se na direção correta, orientando-se pela valorização da democracia participativa e pela intensificação do diálogo entre os poderes. ■



Batalhas econômicas e sociais

Deputado Baleia Rossi



Baleia Rossi é o líder do PMDB na Assembléia Legislativa

Qual será o cenário político, econômico e social a ser desenhado no Estado de São Paulo durante os próximos quatro anos, quando o governo paulista será comandado por José Serra, eleito já no primeiro turno das últimas eleições?

No campo político, nada indica que possa haver grandes turbulências. Primeiro porque as urnas garantiram uma forte base parlamentar à futura administração estadual. Segundo, porque o governador José Serra já sinalizou que pretende manter um diálogo democrático com a oposição.

Além disso, Serra tem larga experiência na vida pública e projeção nacional para colocar seu peso político na defesa das reivindicações de São Paulo junto ao governo federal, compensando, de certa maneira, a discriminação que o Estado sofre no atual modelo político brasileiro, que decepa a representatividade paulista na Câmara dos Deputados.

Portanto, os desafios de Serra vão desaguar nas trincheiras onde se travam as batalhas econômicas e sociais. Muitos acreditam que o próximo governador driblará tais

desafios porque vai assumir um Estado com seus principais problemas financeiros equacionados.

Essa análise é apenas parcialmente verdadeira. A despeito de a dívida pública paulista estar aparentemente equacionada, a situação econômica do Estado também ostenta outra face: a de que não há recursos suficientes para serem investidos em grandes obras de infra-estrutura e melhorar os serviços públicos em áreas como saúde, educação e segurança. Os sérios problemas sociais que o nosso próximo governador herdará desnudam as dificuldades nessa área. Não será tarefa fácil transpor tais desafios.

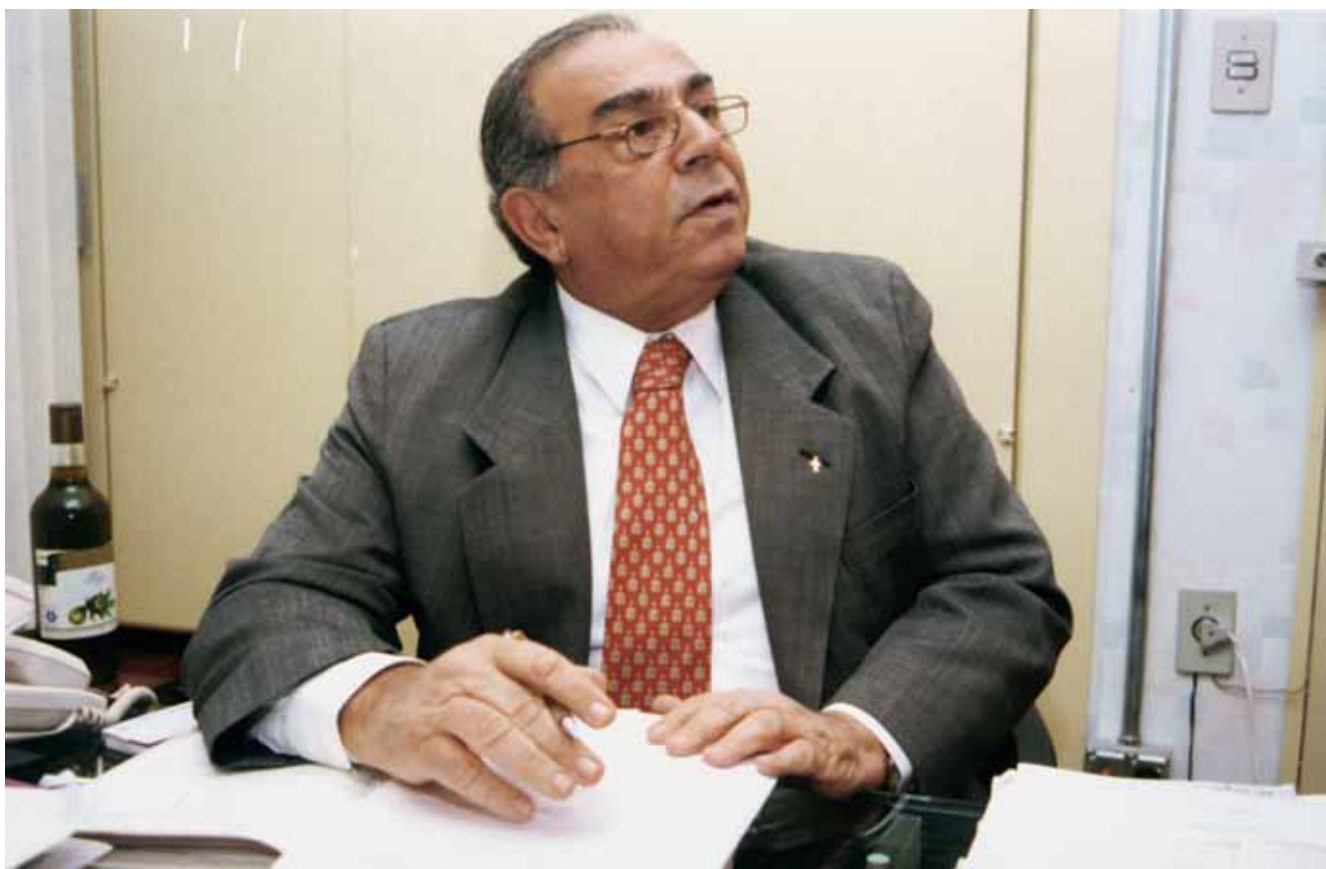
A despeito da venda de ativos e de uma política fiscal austera implementada na última década, a verdade é que o Estado de São Paulo não dispõe de recursos para investir em obras importantíssimas para manter o desenvolvimento paulista em patamar minimamente razoável. Tanto é que a fatia de São Paulo na pirâmide que compõe o Produto Interno Bruto (PIB) caiu de 35% para pouco mais de 31% em dez anos.

Manter essa rigidez fiscal – sem jamais onerar a produção – e, ao mesmo tempo, realizar obras vitais ao desenvolvimento econômico e social de São Paulo serão, sem dúvida, os grandes desafios que o próximo governador enfrentará na sua administração. Aliás, é o próprio programa de governo apresentado pelo futuro chefe do Executivo estadual durante a campanha que prioriza a realização de grandes obras de infra-estrutura, como a ampliação do Metrô, a duplicação de estradas, a recuperação de milhares de quilômetros de vicinais, a conclusão do Rodoanel e o investimento maciço em saneamento básico, entre outras tantas iniciativas. Sem obras dessa magnitude, o Estado não terá gás para registrar níveis de crescimento capazes de gerar riquezas e empregos, fatores inalienáveis à boa qualidade de vida. Por isso, o diagnóstico de Serra para melhorar a vida do povo que reside e trabalha em São Paulo está corretíssimo. A torcida é para que ele também saiba encontrar o receituário para alcançar os seus objetivos. ■



Trabalho e confiança

Deputado Antonio Salim Curiati



Antonio Salim Curiati é o líder do PP na Assembléia Legislativa

Alguém interessado em mergulhar o país numa onda de desânimo e pessimismo poderia encontrar na atual situação brasileira um exemplo de campanha bem executada.

Não precisamos ir longe: nas ruas, praças, televisão, rádio e na imprensa escrita, as palavras de ordem são: “Estamos perdidos”, “A crise está terrível”, “Não existe salvação”, “A

economia piora”, “O drama social é insolúvel”, e por aí afora.

Parece haver uma conspiração para se falar mal de tudo: do país, do continente, do universo; ao mesmo tempo, a atração saudosista valoriza tempos passados como se fossem sinônimo de felicidade e de solução para todos os problemas. No entanto, para qualquer bom observador, há um paradoxo: as pessoas, assim que terminam de falar mal, seguem para seus trabalhos e destinos, ou seja, estabelecem um mundo em que dizem viver e outro em que realmente vivem.

Acontece que, em cada setor de atividade, a sociedade prossegue não só sobrevivendo, mas descobrindo fórmulas inteligentes de superar os problemas, embora alguns segmentos realmente precisem de ajuda de outras áreas para fazer frente aos seus dramas. Mas, na média, o povo brasileiro vai enfrentando e superando as crises, que são muito mais institucionais do que momentâneas.

No entanto, descobre-se outra coi-

sa: uma parte da mídia trabalha em cima daquele mundo arruinado e decadente, muitas vezes citado pelas pessoas, mas pouco a partir do mundo real em que elas vivem.

Essa é a razão pela qual as manchetes de alguns jornais e noticiários centralizam sua tônica em afirmações como “Não existe governo”, “A corrupção atinge a todos”, “O Congresso não trabalha”, “O político é desonesto”, “As instituições não prestam” etc.

O homem comum, lendo e ouvindo tais afirmações, multiplica essas mensagens negativas, acabando por estabelecer o caos. A verdade, porém, é que sua própria vida é um desmentido do que afirma. Mas nada disso é lembrado, porque ele acredita, muitas vezes, que, “se os veículos de comunicação afirmaram que tudo está ruim”, eles é que estão certos...

Esquece-se o cidadão, trabalhador, crente, dedicado, que tudo faz para melhorar a situação de sua família, que bastaria somar sua experiência vivida com a de outros para con-

cluir que há uma grande irrealidade predominando na comunicação.

Ninguém é cego para deixar de afirmar que a situação não é boa. Realmente, está longe de ser. Todavia, coletiva ou individualmente, há uma corrente subterrânea de energia que vai tomando conta dos espaços e impulsionando o país para a frente, independentemente do pessimismo e do sentimento de derrocada.

Os políticos deste país, ou melhor, os bem-intencionados, com certeza não se deixarão contagiar pela onda derrotista, trabalharão, trabalharão de manhã à noite, fazendo, sugerindo, dinamizando coisas que revertam para o bem comum. De vez em quando serão atrapalhados por pessoas negativas, que tentarão incorporá-los à onda pessimista, mas eles prosseguirão na companhia dos que continuam a trabalhar cada vez melhor, confiando em seu país, no seu povo e batalhando para que o Brasil atinja realmente um grande destino. ■



Caminhos da democracia

Deputado Arnaldo Jardim



Arnaldo Jardim é o líder do PPS na Assembléia Legislativa

O Poder Legislativo encontra-se em meio a uma crise de representatividade sem precedentes. Foram tantos os escândalos, seguidos por manifestações explícitas de impunidade, que suscitaram na opinião pública questionamentos profundos: o que faz o Legislativo? Como se faz política no Brasil?

A imagem recorrente é de um poder ineficiente, que pouco interfere na vida das pessoas, caro e perdulário. Mais do que isso, um local de poucos privilegiados em busca de vantagens pessoais em detrimento do interesse público. Isso precisa e deve mudar, pois o Legislativo é e sempre será a “Casa do Povo”. Representação plural das diversas facetas e correntes de pensamento de um país de dimensões continentais, o Legislativo urge por uma mudança no seu *modus operandi*. Mais do que isso, a visão tripartite festejada na Revolução Francesa por Montesquieu precisa ser repensada: os poderes mesclam-se em suas competências, em virtude das profundas mudanças econômicas e sociais das últimas décadas. Como construir isso?, pergunto-me, diante da longa experiência como

homem público e da vivência partidária. Acreditamos no fortalecimento do Legislativo, por se tratar do poder mais transparente, mais suscetível e permeável aos reclamos e às mudanças políticas que a sociedade sistematicamente requer.

Para que isso possa ocorrer, é necessária uma ampla e consistente reforma política, que institua o voto distrital misto, fortaleça os partidos e jogue sobre o processo eleitoral uma luz permanente, no tocante aos financiamentos de campanha e em relação aos seus métodos de ação. Devemos iniciar uma discussão sobre os moldes da Federação brasileira, sendo necessária uma remodelação de nosso pacto federativo, que reequilibre questões tributárias, fiscais e de representatividade, distorções que se refletem nos Parlamentos estaduais e municipais.

Quero crer que um dos fatores que contribuem para o enfraquecimento do Legislativo é o reducionismo a que ficou submetida a disputa parlamentar, reflexo negativo dos Executivos, que não possuem, em sua maioria, um projeto político, mas um projeto

de perpetuidade no poder.

Ou se é situação ou base de apoio ao governo, o que significa aprovar todas e quaisquer propostas enviadas pelo Executivo, ser defensor do mesmo sob quaisquer circunstâncias; ou se é oposição, o que tem significado ser contra tudo o que ocorre por iniciativa do Executivo e ter uma preocupação permanente em denunciar, muitas vezes abstraindo o cuidado necessário de avaliar o teor de denúncias e suas conseqüências. Esse empate seco entre oposição e situação, muitas vezes sem conteúdo, sem explicitar as diferentes posições à sociedade, pouco contribui para o amadurecimento democrático, quando não soa como um enredo novelesco, formado por heróis e vilões. Enquanto a oposição busca capitalizar-se junto à opinião pública, na teoria do quanto pior melhor, a situação mantém o afinco e a soberba de estar no timão do país, atendendo os pleitos e, assim, correspondendo a sua base eleitoral. Cristaliza-se uma visão simplista e superficial que em muito contribui para o enfraquecimento do papel

do Legislativo. No país do futebol, a política não pode se resumir a um embate de duas agremiações, pois o que está em jogo é o futuro do Brasil.

Outro passo importante é estimular e estar receptivo às manifestações da sociedade civil organizada, através das suas entidades, que podem não apenas contribuir para enriquecer os debates, como também influir no processo legislativo, aprofundando a sinergia entre a sociedade e o Poder Legislativo.

Estes são alguns caminhos que devem ser percorridos pela nossa jovem democracia, fortalecendo o Legislativo e estimulando a interação com a sociedade. Afinal, um legislador não é algo abstrato, fechado em si mesmo, acima do bem e do mal; ele simplesmente é um ser humano, com a intransferível responsabilidade de tratar de questões que dizem respeito à vida cotidiana e ao destino de muita gente. Parafraseando J. J. Rousseau, “o legislador é, sob todos os pontos de vista, o homem extraordinário do Estado, esse cargo é o que constitui a própria essência da República”. ■



Espaço de consenso

Deputado Ricardo Tripoli



Ricardo Tripoli é o líder do PSDB na Assembléia Legislativa

Duas grandes marcas devem delimitar o debate político em São Paulo nas próximas legislaturas. Uma delas é o compromisso ético, firmemente solicitado pelas urnas, mais do que nunca um pré-requisito à atuação pública, e não mera qualidade acessória. A outra é a seriedade, que requer um exame crítico e técnico das questões, não o simples despejar de discursos voltados para estratégias políticas. De um lado, esses parâmetros claros estão na mente daqueles que se elegeram e se reelegeram em uma situação de descrédito da política por parte da sociedade. De outro, é justamente esse clamor das urnas que exige, mais do que nunca, que o Parlamento se mostre à altura dos debates, em mais um ciclo administrativo.

A credibilidade do homem público – e estas eleições demonstraram isso – vem das coisas que ele faz, da seriedade com que examina as questões, da sua preocupação em decidir não com base em critérios de estratégia política, mas de acordo com a razão, do exame criterioso das questões técnicas, da

capacidade de compreender os anseios da população e ao mesmo tempo organizar as vontades e interesses díspares da sociedade em um consenso.

Nas eleições em São Paulo, particularmente, é preciso ver que a despeito de todos os esforços de polarização, de divisão irreconciliável, prevaleceu sobretudo um desejo de simplesmente ultrapassar a fragilidade dos discursos, buscando, pelo contrário, a solidez da história, dos programas. A seriedade e a capacidade que a sociedade premiou nas suas escolhas demonstram um eleitor maduro, que não é presa das demagogias.

É de se esperar que as paixões partidárias se atenuem nos próximos meses, se não por outro motivo, pela clara demonstração dos eleitores de que eles esperam que o interesse público esteja além de qualquer outra preocupação tática. Enquanto prevalecer a paixão, o Parlamento corre o risco de anular-se, porque sua força vem justamente de ser o espaço no qual o consenso pode ser construído, no qual a diversidade de opiniões e

visões pode se transformar na unidade negociada desse consenso que aprimora, em vez de ser o centro dos impasses que paralisam.

Assim, muito provavelmente a decisão fundamental que definirá o cenário político paulista durante a gestão do governador eleito José Serra estará entre a paixão e a razão, entre os interesses de segmentos políticos e os do coletivo do Estado, entre as paixões políticas e a vontade de construir uma vida melhor para todos os paulistas. É evidente que o consenso não exclui nem impede a multiplicidade de visões políticas – é essa diversidade que faz com que a democracia seja uma forma de governo superior a todas as outras, porque é capaz de enxergar os problemas e as soluções sob vários ângulos. Mas é justamente da capacidade de justificar e argumentar de forma racional em defesa das diversas posições que vem a possibilidade de um consenso construído não apenas da força relativa dos números, mas da seriedade dos argumentos. E em toda seriedade há, inevitavelmente, a preocupação ética. ■



Um futuro promissor

Deputado Edson Aparecido

Edson Aparecido é o líder do Governo na Assembleia Legislativa



A consagrada eleição de José Serra ao governo do Estado de São Paulo, ainda no primeiro turno, é o sinal inequívoco da aprovação do jeito tucano de governar. A população paulista disse sim à forma como o PSDB e seus aliados políticos vêm administrando o Estado desde 1995, com Mário Covas e Geraldo Alckmin.

José Serra é reconhecidamente um dos políticos mais bem preparados deste país. Tem totais condições de dar continuidade e aprofundar as conquistas sociais e administrativas implantadas nestes últimos 12 anos no Estado. Mas não será uma tarefa simples. Os desafios são imensos, especialmente em um país que enfrenta grandes disparidades sociais. Contudo, as marcas da administração tucana – ética na política, responsabilidade fiscal, gestão eficiente e conquistas sociais – vão balizar as ações governamentais nesses próximos quatro anos. O povo de São Paulo optou pela seriedade e disso não abriremos mão. As perspectivas do mandato que se inicia em janeiro do próximo ano são bastante otimistas. O Estado de São Paulo está com sua saúde financeira em excelente estado, detém vários programas sociais em andamento, com grande aceitação popular, e possui uma enorme capacidade de investimento para

aprofundar o nosso desenvolvimento econômico. E tudo isso foi construído com muito trabalho e respeito ao cidadão. Nosso Estado ostenta hoje números altamente positivos em todos os setores da administração pública.

Mas São Paulo não é uma ilha, desconectada do resto do Brasil. A administração do Estado traz reflexos para o país e vice-versa. Por isso, o PSDB e seus aliados políticos não se furtarão de seus compromissos de lutar pela implementação de medidas que tragam de volta o crescimento econômico, emprego e renda para a população do país.

O governador José Serra tem a autoridade de uma vida pública irretocável para comandar os paulistas na busca de um país mais moderno e justo. É necessário fazer com que o governo federal dialogue mais com os Estados e os municípios e abandone esse estado de sonolência que caracteriza a

administração petista. Precisamos, de forma urgente, implementar as reformas que impedem o desenvolvimento, afastam investimentos e punem a imensa maioria do povo brasileiro com a falta de perspectivas. Essas tarefas serão feitas com muita responsabilidade e sem concessões. E certamente o Estado de São Paulo vai dar a sua contribuição decisiva.

A Assembléia Legislativa paulista também terá um papel importante para desempenhar, como já ocorreu nessa legislatura, em que aprovou inúmeros projetos de grande alcance social e econômico. O debate político e o exercício do contraditório tornam esta Casa um alicerce fundamental para os avanços do Estado.

Enfim, o cenário político paulista nos próximos quatro anos aponta para um ambiente de muito dinamismo, em que os interesses dos cidadãos sejam sempre o objetivo primordial. ■



Questões ambientais

Deputado Paulo Sergio



Paulo Sergio é o líder do PV na Assembléia Legislativa

Ao completar 20 anos de fundação no Brasil, o Partido Verde conta atualmente com uma considerável representação política no Legislativo paulista e na Câmara Federal. Essa representação é fruto do expressivo crescimento do partido em todo o país, principalmente no Estado de São Paulo, a partir de 1999, quando, pela primeira vez, o PV, então com

um único parlamentar, cumpriu uma legislatura na Assembléia Legislativa de São Paulo. De lá para cá, o Partido Verde foi a única legenda a crescer tanto em tão pouco tempo.

Em 2002, o PV elegeu uma bancada de cinco deputados no Parlamento paulista, e durante a 15ª Legislatura ocupou lugar na Mesa Diretora da Casa.

Neste ano de 2006, com a eleição de oito deputados estaduais, o PV consolida sua expansão em todo o Estado e consagra-se como a quarta maior bancada da Assembléia Legislativa de São Paulo, perdendo apenas para o PSDB, o PT e o PFL. No total, foram 1.684.641 votos para deputado estadual. O Partido Verde foi vitorioso também no plano nacional, ao aumentar sua bancada de cinco deputados federais eleitos em 2002 para 13 em 2006, registrando crescimento de 160%.

Este resultado torna o PV uma corrente política com força para intervir positivamente na sociedade e re-

flete o aval do eleitorado para que o programa do Partido Verde seja definitivamente implantado, pois é o único com foco nas questões ambientais como pano de fundo imprescindível para a organização social, política e econômica do país e para os debates acerca do desenvolvimento da sociedade. E essa também é uma das principais preocupações da comunidade internacional, com vistas ao aquecimento global, à economia mundial, ao Protocolo de Kyoto e ao futuro da humanidade, temas sempre presentes nas discussões do Partido Verde, com representação em mais de cem países.

Não obstante, o PV tem notadamente avançado no cenário político brasileiro, por ser um partido sem desvio de conduta. Isso ficou evidente aos olhos da sociedade, sobretudo na última eleição, marcada por denúncias de corrupção envolvendo a classe política. O PV foi um dos poucos, se não o único, a não ter sua legenda

ligada aos escândalos que abalaram a opinião pública.

Nesse sentido, com o significativo crescimento em número de diretórios, em votos recebidos nas últimas eleições e em quantidade de eleitos nas esferas estadual e federal, o Partido Verde certamente terá um peso maior ainda no cenário político a partir de 2007.

Ao longo da última legislatura, os deputados do PV demonstraram grande empenho na defesa das questões programáticas do partido e dos princípios da democracia participativa. Mais do que isso: os deputados verdes foram um exemplo de contribuição para o aperfeiçoamento das relações do Poder Legislativo com a sociedade e exerceram uma notável atuação parlamentar, com relevante produção legislativa para o Estado de São Paulo, o que fez aumentar ainda mais a importância da bancada Verde no Parlamento paulista. Nos próximos quatro anos não será diferente. ■



Projeto nacional

Deputado Enio Tatto



Enio Tatto é o líder do PT na Assembléia Legislativa

Creio que o cenário político paulista para os próximos quatro anos está umbilicalmente ligado ao conjunto da cena política brasileira.

Ente federativo da União, ainda que identificado como o “carro-chefe” do país, São Paulo, assim como cada um dos demais Estados, precisa estar integrado a um projeto nacional, sob pena de a locomotiva tornar-se empecilho

para os demais 26 vagões.

Governos eleitos e/ou reeleitos, Legislativos renovados com altos índices de novos parlamentares têm a responsabilidade de impulsionar a política no seu sentido mais nobre, através do debate de idéias, com iniciativas de interesse da nação, em especial do povo paulista, no caso em questão. É claro que o embate entre situação e oposição vai permanecer, mas desencadeado a partir de um projeto de Estado e de país, a partir de suas eventuais e salutares divergências. Tanto para São Paulo como para o Brasil, temos a oportunidade de fechar a primeira década deste início de terceiro milênio com uma bela produção de políticas públicas para o desenvolvimento humano, as quais consolidam as condições objetivas para melhorar a vida das pessoas, já que esse deve ser o propósito da política. Muitas são as dificuldades a superar, as divergências a aparar, mas nada que nos pareça impossível.

Em meio a esse cenário político que se desenha para os próximos quatro anos estão colocadas as eleições municipais de 2008, bem como as muitas demandas sociais, que se apresentam como desafios nossos de cada dia – emprego, moradia, segurança, educação, saúde, questão ambiental. É da competência e da responsabilidade do governo eleito implementar seus planos para cada um desses temas, através do encaminhamento de projetos e outras iniciativas. À oposição cabe fiscalizar, votar as propostas de interesse popular e, na eventual divergência, apresentar alternativas. Ações que fazem parte do jogo democrático.

Aristóteles, aquele pensador da Grécia antiga, disse que o homem é por natureza um “animal político”. Não há dúvida de que o filósofo está coberto de razão. O que cabe aos “animais” da política é tratar as questões políticas com prioridade máxima para a civilidade, dentro dos marcos da democracia e dos valores republicanos, a come-

çar pelo devido respeito entre os poderes Executivo e Legislativo.

É quase impossível prever o cenário político paulista para os próximos quatro anos. Em cerca de 1.500 dias, com certeza, ele poderá se alterar muito. Para isso devemos considerar variantes como a forma de relacionamento entre poderes, a composição da correlação de forças, a formação dos blocos que estabelecem a relação maioria/minoria e o nível dos debates de idéias, calendário eleitoral etc.

A nossa certeza é o desejo de que não se repita a desastrosa experiência desses quatro anos que se encerraram. Por trás da “alquimia” de uma aparente diplomacia, educação, voz mansa e pseudodemocracia, esconderam-se práticas permanentes de desrespeito do Executivo para com o Legislativo. Em nome de uma suposta eficiência de gestão – que, na prática, comprovou-se nunca ter se concretizado –, prevaleceu a lógica do “rolo compressor”. E isso não queremos que aconteça. ■

PRB Participação da sociedade

Deputada Maria Almeida



Maria Almeida é a líder do PRB na Assembléia Legislativa

Nos últimos anos, as estruturas políticas vêm demonstrando maior eficácia, eficiência e transparência em suas ações. Contudo, faz-se ainda necessário maior interação com a população, fazendo-se mais presente no cenário político, exigindo planejamento, cumprimento de metas dos políticos escolhidos, clareza nos empreendimentos e destinação de recursos orçamentários.

É necessário que a população tenha

maior consciência do poder que exerce nas urnas, durante o pleito eleitoral. Parece complexo governar, mas trata-se de um ofício e de uma arte, que devem ser utilizados em benefício de todos. Só governa de fato quem beneficia os outros. Governo e sociedade precisam ter em mente a legitimidade que lhes é conferida para que sejam atendidas as necessidades e seus anseios por melhor qualidade de vida.

E como governar não é ofício nem arte exclusivos dos governantes, o poder não deve ser utilizado com interesses individuais. Os políticos, na maioria das vezes, são escolhidos pelo que apresentam em suas propostas de governo, de acordo com a ideologia de seu partido. E é isso que deve ser analisado pelos eleitores, conscientes e politizados, para que depois possam cobrar ações daqueles que foram eleitos. Uma reforma política deve ser definida com a maior brevidade.

Nos próximos quatro anos, esperamos maior participação da sociedade, consciente daquilo que lhe traga melhoria na qualidade de

vida, de modo geral. Que haja uma parceria entre a população e o governo, para juntos encontrarem soluções para a boa qualidade dos serviços básicos e essenciais, com qualidade, e assim, conseqüentemente, atingir-se o desenvolvimento do Estado e da nação.

Dentre as necessidades da população, a saúde merece atenção especial, devendo ser revistos e estudados os problemas estruturais. Muito tem sido feito, mas ainda há muito o que fazer a fim de propiciar um atendimento com qualidade.

Quanto à educação, deve haver uma melhoria na qualidade de ensino, com estruturas físicas adequadas, e aprimoramento, valorização e incentivo dos profissionais do setor, para que possam desenvolver suas atividades não como simples transmissores do conhecimento, mas como educadores que possam resgatar os valores éticos, morais e espirituais da sociedade em que atuam.

Assim como a saúde, educação e habitação, outros setores, como transportes, segurança, cultura, es-

porte e lazer, comunicação etc. carecem de atenção especial por parte do administrador público.

Há uma ampla lista de necessidades, cujas soluções são necessárias à melhoria na qualidade de vida e ao desenvolvimento regional. É o caso de reformas, ampliação e implementação de infra-estruturas de saneamento, habitação popular, construção e ampliação de unidades de saúde, de hospitais, de escolas, de prédios públicos, de transportes, pavimentação asfáltica e conservação de vias públicas. Todas essas ações implicam um austero controle das finanças públicas, para que haja perfeito equilíbrio entre gastos e investimentos, resultando em recursos para implementação de projetos nos setores primordiais ao crescimento do Estado.

Tudo isso é possível com uma ação conjunta da população e do governo. Se o governo efetivamente colocar em prática o que nos tem dito, teremos uma sociedade mais justa, mais solidária e desenvolvida. ■



Estrutura partidária

Deputado Said Mourad



Said Mourad é o líder do PSC na Assembléia Legislativa

Trabalho, seriedade e ética devem ser os pontos básicos de uma pauta obrigatória para os deputados paulistas eleitos para o mandato de 15 de março de 2007 a 15 de março de 2011. A política paulista está de caras novas. É a aposta do eleitor em um novo tipo de político: o que trabalha com prestação de contas, sem promessas e utopia.

Os partidos tendem a esquecer as desavenças e concordar na direção da lealdade ao eleitor, produzindo e aprovando matérias de interesse da sociedade. Pautas obrigatórias, como saúde, segurança e educação, devem ser colocadas em debate, à procura de soluções urgentes, pois os problemas são gritantes e o cidadão não está interessado na cor do partido político e suas idéias, mas na resolução das questões que afetam o cotidiano das pessoas.

A ALTV, a Divisão de Imprensa, a internet e ainda a presença da sociedade organizada, através de sindicatos, associações, organizações não governamentais etc., fazem com que o Parlamento seja transparente e, dessa forma, reflita os anseios da sociedade paulista. Apesar disso, a conscientização política da população deve ser ampliada, pois a maioria ainda pouco sabe ou tem informações erradas sobre o papel funcional de um deputado, vereador, prefeito e senador.

Partindo dessas considerações, a tendência do cenário político paulista para os próximos quatro anos é de grandes mudanças na estrutura partidária, que devem ser vistas logo após as eleições municipais de 2008. Não deve haver espaço para conchavos estranhos aos interesses da sociedade. O próprio sistema deve se encarregar de fechar as brechas que podem permitir tais aberrações. A cobrança da sociedade será mais consistente, principalmente porque existe maior vigilância, pois o cidadão em sua casa, pela internet ou pela TV do Legislativo, pode acompanhar o trabalho de seu representante.

O aperfeiçoamento lento porém consistente da política paulista permite visualizar mais conquistas em termos de infra-estrutura para a sociedade em geral, principalmente nas regiões periféricas e menos favorecidas.

A preocupação dos políticos paulistas passa a ser obrigatória no

sentido de apresentar projetos ou emendas orçamentárias em busca de melhor condição de vida. A integração entre parlamentares, vereadores, prefeitos e Executivo estadual precisa ser mais estreita, visando investimentos governamentais em áreas deficitárias, como segurança, saúde e educação. As últimas eleições mostraram que somente quem trabalhou e mostrou resultados é que teve respostas positivas do eleitorado.

Os grandes blocos políticos que dominam o cenário nacional têm demonstrado tendências claras para o diálogo em busca de soluções para o país. O Estado de São Paulo tem sido um excelente exemplo, em vista da sinceridade nos debates e da preocupação constante dos protagonistas em demonstrar melhores projetos, para apresentar soluções diante dos desafios que surgem constantemente. ■



Nova realidade

Deputado Campos Machado



Campos Machado é o líder do PTB na Assembléia Legislativa

Não tenho dúvidas ao afirmar que o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), uma das mais antigas siglas partidárias do país, nos próximos anos terá papel de grande relevância nas conquistas e mudanças que possam vir a ocorrer no cenário político paulista. O nosso Estado tem uma responsabilidade política das mais importantes no cenário nacional, com um contingente de eleitores que corresponde a mais de 22% do eleitorado nacional, além de deter 33,4% do PIB do país. O PTB tem caminhado, nos últimos anos, no Estado de São Paulo, lado a lado e no apoio de homens que sempre se pautaram em administrar a coisa pública com mão de ferro, como o saudoso Mário Covas e o ex-governador Geraldo Alckmin.

Agora, preocupados mais uma vez com o futuro de todos nós – paulistas e paulistanos –, estaremos na próxima legislatura juntos com o governador eleito José Serra, como decidimos em convenção estadual realizada no ano passado. Em defesa de um Estado forte e comprometido com ações sociais e trabalhistas, principais bandeiras do nosso partido.

As últimas eleições marcaram, tanto para os eleitos como para os der-

rotados, uma nova etapa na vida de cada cidadão e, claro, deles próprios. As eleições de 2006 serviram para avaliar que os eleitores estão cada vez mais interessados em cobrar e interagir com quem administra a coisa pública.

Sinais dos tempos? Uma nova era política? Sim, é o início de uma grande avaliação a que nós, homens públicos, seremos submetidos daqui para a frente. Os eleitores demonstraram nas urnas que não querem mais votar por votar. Muito pelo contrário, estaremos sendo cada vez mais cobrados. E aí é que o PTB paulista terá uma participação das mais importantes. Temos um compromisso com a nova realidade e, para tanto, estamos nos preparando para as mudanças que enfrentaremos com muito trabalho e dedicação partidária. Unidos em torno do mesmo ideal, estamos convencidos de que o futuro político paulista terá um enorme salto de qualidade e, para tanto, nos próximos quatro anos vamos nos empenhar ainda mais em manter a tradição ética com a qual o PTB foi construído há décadas, com muita seriedade e carinho junto daqueles que sempre acreditaram em nossos ideais políticos. ■

Estes são os deputados estaduais de São Paulo

deputado	partido	e-mail
Adilson Barroso	PSC	adilsonbarroso@al.sp.gov.br
Adilson Rossi	PTB	adilsonrossi@bol.com.br
Adriano Diogo	PT	adiogo@al.sp.gov.br
Afanasio Jazadji	PFL	deputadoafanasio@al.sp.gov.br
Afonso Lobato	PV	padreaonfo@al.sp.gov.br
Alberto Turco Loco Hiar	PSDB	turcoloco@al.sp.gov.br
Aldo Demarchi	PFL	ademarchi@al.sp.gov.br
Ana do Carmo	PT	anadocarmopt@al.sp.gov.br
Ana Martins	PCdoB	amartins@al.sp.gov.br
Analice Fernandes	PSDB	afernandes@al.sp.gov.br
Antonio Mentor	PT	amentor@al.sp.gov.br
Antonio Salim Curiati	PP	scuriati@al.sp.gov.br
Arnaldo Jardim	PPS	ajardim@al.sp.gov.br
Arthur Alves Pinto	PL	aapinto@al.sp.gov.br
Baleia Rossi	PMDB	baleiarossi@al.sp.gov.br
Beth Sahaõ	PT	bsahaõ@al.sp.gov.br
Campos Machado	PTB	cmachado@al.sp.gov.br
Cândido Vaccarezza	PT	cvaccarezza@al.sp.gov.br
Carlinhos Almeida	PT	carlinhos@carlinhos.org
Carlos Neder	PT	carlosneder@al.sp.gov.br
Célia Leão	PSDB	cleao@al.sp.gov.br
Celino Cardoso	PSDB	ccardoso@al.sp.gov.br
Conte Lopes	PTB	clopes@al.sp.gov.br
Donisete Braga	PT	dpbraga@al.sp.gov.br
Duarte Nogueira	PSDB	duartenogueira@al.sp.gov.br
Edir Sales	PMDB	depedirsales@ig.com.br
Edmir Chedid	PFL	echedid@al.sp.gov.br
Edson Aparecido	PSDB	eaparecido@al.sp.gov.br
Edson Ferrarini	PTB	eferrarini@al.sp.gov.br
Edson Gomes	PP	egomes@al.sp.gov.br
Eli Corrêa Filho	PFL	ecorrea@al.sp.gov.br

deputado	partido	e-mail
Enio Tatto	PT	eniotatto@al.sp.gov.br
Fausto Figueira	PT	ffigueira@al.sp.gov.br
Geraldo "Bispo Gê" Tenuta	PFL	bispoge@al.sp.gov.br
Geraldo Lopes	PMDB	geraldolopes@al.sp.gov.br
Geraldo Vinholi	PDT	geraldovinholi@hotmail.com
Giba Marson	PV	gibamarson@al.sp.gov.br
Gilson de Souza	PFL	deputado@gilsondesouza.com.br
Hamilton Pereira	PT	hpereira@al.sp.gov.br
Havanir Nimitz	PSDB	havanir@al.sp.gov.br
Ítalo Cardoso	PT	italopt@uol.com.br
João Caraméz	PSDB	jcaraméz@al.sp.gov.br
Jonas Donizette	PSB	jdonizette@al.sp.gov.br
Jorge Caruso	PMDB	jcaruso@al.sp.gov.br
José Bittencourt	PDT	jbittencourt@al.sp.gov.br
José Caldini Crespo	PFL	jccrespo@al.sp.gov.br
José Carlos Stangarlini	PSDB	jcstangarlini@al.sp.gov.br
José Dilson	PDT	jdilson@al.sp.gov.br
José Zico Prado	PT	gabinete@josezico.com.br
Luis Carlos Gondim	PPS	lcgondim@al.sp.gov.br
Marcelo Bueno	PTB	mbueno@al.sp.gov.br
Maria Almeida	PRB	madantas@al.sp.gov.br
Maria Lúcia Amary	PSDB	mlamary@al.sp.gov.br
Maria Lúcia Prandi	PT	mlprandi@al.sp.gov.br
Mário Realí	PT	mreali@al.sp.gov.br
Marquinho Tortorello	PPS	mtortorello@al.sp.gov.br
Mauro Bragato	PSDB	mbragato@al.sp.gov.br
Mauro Menuchi	PSB	mmenuchi@al.sp.gov.br
Milton Vieira	PFL	mvieira@al.sp.gov.br
Nivaldo Santana	PCdoB	gabinete@nivaldosantana.com.br
Orlando Morando	PSDB	omorando@al.sp.gov.br
Palmiro Mennucci	PPS	palmiro@al.sp.gov.br



deputado	partido	e-mail
----------	---------	--------

Paulo Sergio	PV	psergio@al.sp.gov.br
Pedro Tobias	PSDB	ptobias@al.sp.gov.br
Rafael Silva	PDT	rsilva@al.sp.gov.br
Renato Simões	PT	rsimoes@al.sp.gov.br
Ricardo Castilho	PV	rcastilho@al.sp.gov.br
Ricardo Tripoli	PSDB	rtripoli@al.sp.gov.br
Roberto Alves	PTB	ralves@al.sp.gov.br
Roberto Engler	PSDB	rengler@al.sp.gov.br
Roberto Felício	PT	rfelicio@al.sp.gov.br
Roberto Moraes	PPS	rmoraes@al.sp.gov.br
Rodolfo Costa e Silva	PSDB	rcsilva@al.sp.gov.br
Rodrigo Garcia	PFL	rgarcia@al.sp.gov.br
Rogério Nogueira	PDT	rnogueira@al.sp.gov.br
Romeu Tuma	PMDB	rtuma@al.sp.gov.br
Roque Barbieri	PSDB	rbarbieri@al.sp.gov.br
Rosmary Corrêa	PSDB	delrose@al.sp.gov.br
Said Mourad	PSC	saidmourad@al.sp.gov.br
Sebastião Almeida	PT	salmeida@al.sp.gov.br
Sebastião Archanjo	PT	tiaopt@uol.com.br
Sidney Beraldo	PSDB	sberaldo@al.sp.gov.br
Simão Pedro	PT	spedro@al.sp.gov.br
Souza Santos	PL	ssantos@al.sp.gov.br
Tiãozinho da Farmácia	PV	tiaozinho@al.sp.gov.br
Valdomiro Lopes	PSB	vlopes@al.sp.gov.br
Vanderlei Macris	PSDB	vmacris@vanderleimacris.com
Vanderlei Siraque	PT	vsiraque@al.sp.gov.br
Vaz de Lima	PSDB	vlima@al.sp.gov.br
Vicente Cândido	PT	vcandido@al.sp.gov.br
Vinicius Camarinha	PSB	vcamarinha@al.sp.gov.br
Wagner Salustiano	PSDB	wsalustiano@al.sp.gov.br
Waldir Agnello	PTB	wagnello@al.sp.gov.br
Zuza Abdul Massih	PDT	zmassih@al.sp.gov.br

Parlamento Paulista é uma publicação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Secretário Geral Parlamentar
Marco Antonio Hatem Beneton

Diretor do Departamento de Comissões
José Carlos Borges

Diretor do Departamento de Comunicação
Guilherme Wendel de Magalhães

Diretor do Departamento Parlamentar
João de Jesus Angelo

Diretora do Departamento de Documentação e Informação
Ligia Maria Tonioli Mazziotti

Secretário Geral de Administração
Benedito Dantas Chiaradia

Diretor do Departamento de Finanças
Aparecido Manoel Pereira dos Santos

Diretor do Departamento de Informática e Desenvolvimento Organizacional
Celso Toshito Matsuda

Diretor do Departamento de Recursos Humanos
Maurício da Rocha Ferraz Pereira

Diretor do Departamento de Serviços Gerais
Dagoberto Gonçalves

Procurador-chefe
Maurílio Maldonado

Diretor da Divisão de Imprensa
Henrique Silveira Neves

Edição:
Marcos Luiz Fernandes
Vagner Pelosini

Apuração, redação e revisão:
Blanca Camargo
Celina Castro
Daniela C. Barros Afonso
Dimar Silva de Deus
Elias de Lucena
Encarnación L. Lemonche
Fabiano Ciambra
Fernando Duarte Caldas
Josué Rocha
Luciana Machado Podiesi
Luis Augusto de Arruda
Luis Galvão de França
Maria Aparecida G. Heleno
Maria Célia Valente
Maria de Oliveira dos Santos
Maria Elizabeth Avellar
Marisa Mello
Mariza A. A. Paulicek
Oriana Lidia Tossani
Paulo Meirelles
Sandra Regina Machieski
Vera Heloisa Boldrini

Fotografia:
José Antônio Teixeira
Marco Antônio Cardelino
Maurício Garcia de Souza
Roberto Navarro

Projeto gráfico:
Reciclamos Publicações Técnicas Ltda.

Pré-diagramação:
Carlos Yamazato

Editoração, impressão e acabamento:
Prof Editora Gráfica Ltda.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
O Poder do Cidadão



**O Poder do Cidadão
também na internet**

www.al.sp.gov.br



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
O Poder do Cidadão